



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE HISTÓRIA

**ELITES E FORMAÇÃO DE ESPAÇOS REGIONAIS - ANÁLISE DE DOCUMENTOS
DE TAQUARI NO SÉCULO XIX**

Fernanda Chemin Schmitt

Lajeado, junho de 2018

Fernanda Chemin Schmitt

**ELITES E FORMAÇÃO DE ESPAÇOS REGIONAIS - ANÁLISE DE DOCUMENTOS
DE TAQUARI NO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão II – do Curso de História, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Neli T. Galarce Machado.

Lajeado, junho de 2018

Fernanda Chemin Schmitt

**ELITES E FORMAÇÃO DE ESPAÇOS REGIONAIS - ANÁLISE DE DOCUMENTOS
DE TAQUARI NO SÉCULO XIX**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Licenciado em História:

Prof. Dra. Neli Teresinha Galarce Machado
Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

Prof. Dra. Magna Lima Magalhães
Universidade Feevale

Prof. Me. Karen Daniela Pires
Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

Lajeado, junho de 2018

***Aos que sonham com um Brasil mais
justo e de igualdade de direitos.***

AGRADECIMENTOS

A cada um que contribuiu para que este trabalho fosse possível, meus sinceros agradecimentos. Aos professores, colegas de graduação e do Laboratório de Arqueologia da UNIVATES, minha gratidão por dividirem comigo seu tempo e seus conhecimentos.

A meu esposo Franciesco pela paciência, amor, carinho e compreensão ao longo desta caminhada, você foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

A minha orientadora, professora Neli Galarce Machado, pelos ensinamentos não apenas neste trabalho, mas durante estes três anos como bolsista de iniciação científica. Obrigada pela paciência e carinho com o qual me mostrou o caminho da ciência e da pesquisa. Sempre será minha referência.

Aos meus professores da graduação em História, essenciais na minha formação, e em especial ao Sérgio Nunes Lopes, que me incentivou a trilhar o caminho da pesquisa.

A Patrícia Schneider pela amizade e paciência diárias, sou grata por todos os teus ensinamentos. Ao Marcos Rogério Kreutz que foi fundamental na construção dos mapas além de ser um amigo sempre presente.

Aos meus colegas da graduação e em especial a Vanessa, Carlos e William com quem sempre dividi meus anseios e expectativas. São mais do que colegas, mas amigos para uma vida toda.

Aos meus familiares e amigos, que sempre torcem pelo meu sucesso e êxito e que fazem parte da minha construção enquanto ser humano.

As professoras Magna e Karen, que gentilmente aceitaram ler e avaliar este singelo trabalho. Meus sinceros agradecimentos!

A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.

(Foucault, 1984)

RESUMO

A criação da vila de Taquari em 1849, implicou na estruturação de um aparelho burocrático e administrativo e na atuação política de uma elite que passou a ocupar os postos de poder na câmara municipal. Tomando como ponto de partida a emancipação de Taquari, esta monografia apresenta a pesquisa realizada nas atas da Câmara de Vereadores, no código de posturas, no jornal *O Taquaryense*, datados da segunda metade do século XIX. Outras fontes documentais citadas neste trabalho são doações de sesmarias datadas dos séculos XVIII e XIX que se encontram no Arquivo Nacional. Dentre os objetivos deste trabalho está a compreensão das mudanças espaciais ocorridas no território de Taquari em seu processo de transformação de povoado à vila no ano de 1849. Com a análise documental foi possível identificar a existência de uma elite local anterior à fundação da vila, o que viabiliza a necessidade de compreensão das estratégias utilizadas pelos indivíduos que compunham a administração local na busca da manutenção do poder econômico, o domínio dos recursos naturais e o controle sobre o espaço geográfico. A metodologia utilizada é a qualitativa por meio da pesquisa dos documentos, as atas da câmara, o código de posturas e o jornal, além da revisão bibliográfica e levantamento de dados da referida documentação. Inicialmente apresenta-se a contextualização histórica sobre a formação de Taquari, considerando as mudanças ocorridas no território do país e do estado do Rio Grande do Sul e que, interferiram na forma como Taquari foi ocupada e colonizada. Em seguida, é feita a análise dos ofícios da Câmara de Taquari dos anos de 1849 a 1852, do código de posturas de 1899 e de matérias do jornal *O Taquaryense*. Com a investigação documental foi possível entender como a classe política de Taquari se apropriou dos espaços e contribui para a formação das cidades idealizadas pelo governo imperial e como a população foi monitorada e instruída a se comportar dentro destes espaços. Além disso, questões que envolvem a manutenção de poderes pelas famílias abastadas da região, preocupação com o crescimento da economia e com a mão de obra escravizada podem ser percebidas na leitura das atas da câmara de vereadores, revelando mais sobre a elite de Taquari/RS do período em questão.

Palavras-chave: Taquari, História, Código de Posturas, Câmara de Vereadores.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....21

Figura 2.....22

Figura 3.....24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	15
Quadro 2.....	18
Quadro 3.....	33
Quadro 4.....	33
Quadro 5.....	44

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. Taquari: de povoado a vila.....	17
2.1 A construção do território sulista.....	17
2.2 A freguesia de São José de Taquari: fundação e transformação territorial.....	20
2.3 O Brasil do século XIX.....	28
3. A câmara de vereadores: os “homens bons” de Taquari na segunda metade do século XIX.....	30
3.1 A instituição camarária: mudanças na legislação.....	30
3.1 Formação de uma elite regional.....	32
3.2. Surge a primeira Câmara Municipal: <i>modus operandi</i>	36
4. O código de posturas: questões ambientais e a busca pelo espaço civilizado.....	43
4.1 Código de Posturas.....	45
4.2 Código de Posturas de Taquari.....	48
5. Considerações finais.....	57
6. Referências.....	60

1. Introdução

Refletindo sobre as transformações pelas quais o Brasil passou ao longo do século XIX – vinda da família real; independência; fim do regime escravagista; queda da monarquia; incremento de uma vida urbana, projeto civilizatório¹ etc., este trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre as mudanças territoriais, políticas, econômicas e sociais que ocorreram na região de Taquari/RS neste mesmo período. A pesquisa inicia-se a partir da inquietação em conhecer mais sobre a história regional, agregando a ela fatos ainda pouco explorados.

Foi durante a realização da disciplina de Estágio Supervisionado em Patrimônio Histórico Cultural, do curso de História da Universidade do Vale do Taquari-UNIVATES, que os livros de registros das atas da Câmara de Taquari, dos anos de 1849 a 1852, despertaram interesse. Essas fontes estão salvaguardadas no Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates. Inicialmente, o manejo da fonte causou estranheza gerando muitas dúvidas e questionamentos. Em seguida, as possibilidades de pesquisa afloraram e as perspectivas de trabalho se expandiram para além do cumprimento de uma disciplina.

Sabe-se que as atas camarárias são documentos de valor inestimável para estudos históricos. Cabe, porém, no estudo desse tipo de documentos, algumas considerações: o seu caráter como fonte oficial, a necessidade de se realizar uma análise que não apreenda apenas o seu conteúdo explícito, mas principalmente, o implícito.

Por muito tempo, os documentos oficiais foram as únicas fontes consideradas na pesquisa histórica. Com o advento da escola dos *Annales*, foi possível uma releitura as fontes utilizadas nas pesquisas, assim como a sua ampliação. Sendo assim, as fontes oficiais adquirem novo valor, com mais possibilidades de

¹ O projeto civilizatório em questão tem início a partir da vinda da Coroa portuguesa ao Brasil em 1808, quando as elites brasileiras passam a seguir a França como modelo. O conceito de civilização aqui utilizado é definido por Elias (1994, p.23) como uma “grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de materiais, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes”.

interpretação perdendo seu caráter de verdade absoluta, podendo a partir de então, ser questionadas (MARTINY, 2010).

Os fundadores da escola dos *Annales* destacavam a importância de ampliar a concepção de documento passando a considerar outras formas de expressão humana, como ilustrações, sons, imagens, entre outras coisas. A história qualitativa altera a forma como se trata o documento, enfatizando o seu valor relativo e o relacionando com fatos que o precedem e sucedem (LE GOFF, 2003).

Assim, ao verificarmos o potencial das fontes analisadas neste trabalho e levando em consideração os hiatos que encontramos na história regional, perguntamos: como o povoado de São José de Taquari evolui até a sua elevação à categoria de vila? Quem é a elite local que ocupou o novo espaço da câmara de vereadores? Quais as relações deste grupo social com seu entorno e as estratégias por eles utilizadas para manter seu status social e poder econômico? E por último, como utilizaram do código de posturas para dominar o espaço e assim, modificar a paisagem da vila?

A primeira hipótese que lançamos sobre a transformação territorial de Taquari está relacionada à própria ocupação do território do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX. Local estratégico para a manutenção do quartel de Rio Pardo, tanto o povoado de Santo Amaro quanto o de São José de Taquari, serviram aos interesses de ocupação da coroa portuguesa. Sua futura elevação à categoria de vila acompanhou o exemplo dos demais povoados que, ao crescerem e adquirirem determinada relevância econômica, necessitavam de um aparato burocrático próprio.

A segunda proposição se refere a uma elite regional que se constitui na região durante a primeira metade do século XIX e que no momento da emancipação política de Taquari no ano de 1849, se dispõe a ocupar este novo espaço no intuito de fortalecer suas redes e manter privilégios frente às dificuldades do período. É importante para esta pesquisa compreender o contexto da década de 1850, como a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, a Lei de Terras² batendo as portas e uma

² Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 que “dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento

crise na economia regional que impulsionava os donos de terras a buscar alternativas. A hipótese aqui levantada sugere o uso do poder político com o objetivo de conceder favores a determinados indivíduos em detrimento de outros ao mesmo tempo em que a busca de melhorias na infraestrutura da vila tinha como objetivo elevar o status de Taquari aos moldes civilizatórios idealizados pelo império.

Sobre a terceira e última hipótese, buscamos por meio do uso do código de posturas compreender como essa instituição empenhou-se em dominar e remodelar o espaço geográfico da vila, assim como pretendeu forjar o comportamento dos munícipes dentro deste espaço seguindo uma moral e um modelo civilizado a exemplo do que ocorria em outras vilas da província.

Desta forma, o objetivo geral desta monografia é o estudo da atuação da Câmara de Vereadores de Taquari na segunda metade do século XIX, verificando aspectos como a busca da manutenção de poderes, a preocupação com o ordenamento espacial do território e a tentativa de impor a população usos e costumes condizentes com as ideias de civilização do governo imperial. Quanto aos objetivos específicos pode-se destacar:

- Compreender o processo de formação territorial de Taquari e sua transformação de freguesia a vila no século XIX;
- Entender como a câmara de vereadores foi aderindo elementos dos códigos de posturas de outras vilas acompanhando as demandas de cada período;
- Compreender como a instituição interferiu na apropriação e ocupação do espaço geográfico da vila;
- Verificar quais dispositivos do código de posturas foram aplicáveis e quais não tiveram êxito.

Nesta perspectiva, acredita-se que esta monografia se justifica pela necessidade de aprofundamento sobre a temática da ocupação territorial da região seguindo uma perspectiva que não seja a da imigração alemã. Ademais, um estudo sobre a atuação da Câmara de Taquari com as balizas pré-determinadas neste

de colonias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na forma que se declara" (BRASIL, 1850).

trabalho ainda é escasso. A pesquisa também se justifica, pois, o uso do código de posturas como fonte de pesquisa para a região de Taquari é nova se comparado a outros locais do Brasil.

Destaca-se que os trabalhos realizados em âmbito acadêmico acerca de Taquari ainda são poucos, e em especial sobre a atuação da câmara de vereadores são ainda mais escassos. Sobre Taquari temos a dissertação do historiador Cristiano Luís Christillino (2004), “Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)”, onde o autor aborda a questão das posses de terras pelas elites locais na região de Taquari.

Outro trabalho de destaque é a dissertação de mestrado da historiadora Karen Daniela Pires (2016), “O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX”, na qual a autora analisa o processo abolicionista e pós emancipacionista na região. Sobre a atuação da câmara de vereadores de Taquari, temos a monografia de Marina Johann (2016), “Villa de São José de Taquary no século XIX - história e análise documental”, na qual a autora procurou analisar as principais emergências da vila de Taquari logo após a sua emancipação.

Devido à pouca bibliografia acadêmica para a região, também faz-se uso dos trabalhos de alguns pesquisadores que auxiliam na compreensão da formação de Taquari tais como Costa e Silva (1972), Faria (1981), Hessel (1983), Ahlert e Gedoz (2001), Christillino (2004; 2008), Kreutz et al. (2011), Moreira e Cardoso (2012; 2013), Farias (2012).

Para falar-se sobre o código de posturas e a atuação da câmara de vereadores toma-se por referência a dissertação de mestrado de Beatriz Teixeira Weber (1992), “Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX”, na qual a historiadora analisa a aplicação do código de posturas e seus impactos na sociedade porto alegreense do século XIX. Outro trabalho importante para esta pesquisa foi a dissertação de mestrado de Carina Martiny (2010), “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”: constituindo redes e consolidando o poder: uma elite

política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900) ”, onde a pesquisadora analisa a atuação do que ela denomina de elite regional no âmbito da câmara de vereadores.

As questões ambientais são levadas em consideração neste trabalho, na medida em que se utiliza os pressupostos da História Ambiental para compreender como a câmara de Taquari pode ter afetado a paisagem da vila ao longo da segunda metade do século XIX no intuito de urbanizar este local. Desta forma, este trabalho se propõe a inserir o ambiente para auxiliar na compreensão de como este pode ter sido modificado pela ação da elite política local. Para isto, utiliza-se como referências os trabalhos de Warren Dean (1996), José Augusto Pádua (2010), Espíndola (2015), Savage (2011). Além destes, os trabalhos de Milton Santos auxiliam nas definições de espaço e paisagem em um contexto interdisciplinar.

A metodologia utilizada teve como aporte os pressupostos da micro-história na medida em que, dentre a gama documental previamente levantada para a pesquisa, houve a seleção dos documentos que auxiliaram na compreensão da forma de atuação de um grupo específico, os vereadores. Carlos Gizburg (1989) recomenda que, por meio do fio de Ariana (nome) o pesquisador selecione o grupo ou as pessoas que deseja estudar utilizando a documentação como base.

Além disso, a análise documental é definida por Bardin (2001) como um “conjunto de operações que visam representar o conteúdo de um documento sob uma forma distinta do original, tendo como objetivo facilitar a sua consulta e referência”. Além da análise documental, é necessário o estudo do conteúdo deste ofício, que de acordo com Zicman (1985) se trata de um conjunto de instrumentos e técnicas metodológicos que permitem a exploração objetiva de dados ou “discursos”.

Esses dados comumente aparecem em documentos escritos, artigos de imprensa, entrevistas, documentos históricos, textos literários, entre outros. Estes são examinados levando em consideração a frequência e presença nos textos analisados. O mencionado aproxima-se com a pesquisa em questão, pois identifica-se nos ofícios a presença constante das temáticas que envolvem questões econômicas, sociais e ambientais que interessavam a elite local de Taquari no período supracitado.

Quanto a pesquisa documental das atas da câmara de vereadores, do código de posturas e do jornal *O Taquaryense*, esta permitiu a compreensão de como esses cidadãos faziam uso deste espaço público, com vistas de garantir privilégios a determinadas famílias e indivíduos da sociedade local, assim como a preocupação com o crescimento econômico que pudesse transformar a Vila de Taquari em um espaço “civilizado”.

A presente monografia foi dividida em três capítulos para uma melhor compreensão do tema abordado. No primeiro foi realizada uma pesquisa histórica e uma revisão bibliográfica abordando a formação e mudança territorial de Taquari no período que compreende a segunda metade do século XVIII até a segunda metade do século XIX com a sua emancipação política.

O segundo capítulo busca por meio da pesquisa das fontes e da revisão bibliográfica, construir o perfil dos vereadores que atuavam na Câmara de Taquari nos primeiros anos após a sua emancipação, em 1849. Neste capítulo narra-se acontecimentos importantes para Taquari e a forma como os vereadores atuavam e se relacionavam entre si e com a população.

No terceiro capítulo foi realizada uma análise do código de posturas de Taquari e do jornal *O Taquaryense*, com o objetivo de compreender como este instrumento de controle social e espacial foi utilizado pelos agentes políticos no século XIX. Neste capítulo é feito também um levantamento bibliográfico sobre o uso dos códigos de posturas pelas câmaras de vereadores no período trabalhado.

Por fim, nas considerações finais apresenta-se uma reavaliação dos objetivos e das hipóteses lançadas, assim como algumas possibilidades que este trabalho apresenta para futuras pesquisas, tendo em vista que este não esgotou as diversas possibilidades de discussão que a temática possibilita para a região de Taquari/RS.

2. Taquari: de povoado a vila³

A história da ocupação e transformação do território de Taquari, só pode ser compreendida quando analisada dentro de um contexto mais amplo. Sendo assim, as mudanças territoriais que aconteceram tanto no país quanto no estado do Rio Grande do Sul⁴ ao longo dos séculos XVIII e XIX, impactaram diretamente a forma como o território de Taquari foi ocupado nos períodos colonial e imperial. Posto isto, neste capítulo propomos a compreensão do processo de transformação territorial que culminou com a elevação da freguesia de São José de Taquari à categoria de vila no ano de 1849.

2.1 A construção do território sulista

A ocupação do atual estado do Rio Grande do Sul ocorreu de forma tardia se comparada ao restante do Brasil. Local de disputa entre os impérios português e espanhol, que desde o tratado de Tordesilhas, assinado em 1493, discordavam sobre os limites de influência no Novo Mundo, a região se viu marcada por intensos litígios fronteiriços. Na busca de uma solução para o impasse, no ano de 1750 é assinado o Tratado de Madrid, que estabeleceu que a região das Missões fosse administrada por Portugal e Colônia de Sacramento passaria a ser de domínio espanhol. Este acordo, porém, nunca se efetivou e trouxe consequências importantes para a região do Vale do Taquari (LUVIZOTTO, 2009).

Em 1777 com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, é feita mais uma tentativa de pôr fim a essa disputa, mas o mesmo foi visto como não benéfico para Portugal pois apresentava muitos problemas nas demarcações devido à imprecisão das fronteiras, definidas por bacias hidrográficas. A imprecisão nas demarcações continuou causando problemas, pois seguidamente denúncias de que portugueses

³ Nas colônias, a denominação termo de vila foi a utilizada ao invés da de município, visto que não se utilizava essa última em terras não emancipadas. No caso do Brasil no período imperial, ambas as denominações foram utilizadas. Termo de vila correspondia a uma circunscrição em âmbito do poder civil.

⁴ A denominação de Estado do Rio Grande do Sul passa a vigorar após a Proclamação da República em 1889. Antes disso, a região foi primeiramente denominada de Capitania de São Pedro e era subordinada a capitania do Rio de Janeiro até o ano de 1807, quando adquire autonomia política. Com a Independência do Brasil, a denominação muda para Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

estavam invadindo território espanhol chegavam aos ouvidos do vice-rei do Rio da Prata (GOLIN, 2008).

É neste período que Portugal passa a se preocupar com a criação de freguesias para a efetivação da ocupação territorial. Uma das estratégias utilizadas foi a doação de sesmarias⁵, pois além de grupos humanos ocuparem o território e cultivarem a terra, poderiam afugentar grupos de “vadios” e “andarilhos” que circulavam na região advindos de diversas partes do Brasil e dos países vizinhos (GOLIN, 2008). Sobre a fundação de povoados, freguesias e vilas Godoy (2011) afirma que:

A fundação de vilas, freguesias e povoados ocorre, muitas vezes, como uma técnica de apropriação territorial. O papel específico da cidade liga-se a um aspecto intencional de demarcação de fronteiras e garante o domínio sobre terras conquistadas. A sobrevivência dessas cidades depende menos do campo do que da geopolítica administrativa realizada pela Coroa (GODOY, p. 10, 2011).

Freguesia significa “igreja paroquial”, a “paróquia” por sua vez, significa uma igreja matriz com pároco. Assim, paróquia ou freguesia são parte da divisão administrativa da Igreja e ficam subordinadas a uma diocese, podendo também ter capelas nas localidades mais distantes. Levando em consideração a não separação de Estado e Igreja, as freguesias serviram aos interesses da Coroa portuguesa na medida em que a organização do território no âmbito eclesiástico tinha um efeito civil. A documentação produzida nas freguesias era também utilizada como registro de cartório pois todas os acontecimentos importantes da vida da população aconteciam no seio da Igreja tais como batismo, casamento e óbito (SARMENTO, 2007).

Na década de 1760, diversas freguesias foram criadas no Sul por iniciativa do governo português, sendo que cada uma delas, dentro do espaço escolhido de forma estratégica, colaboraram com o objetivo de dominar e defender o território dos espanhóis. Alguns locais foram ocupados para receberem presídio, outras serviram de armazém, outros para colonização, entre outros. Essas atribuições podem ser exemplificadas conforme o quadro a seguir:

⁵ As sesmarias foram doações de terras feitas pela Coroa portuguesa aos seus agentes e colonos no processo de "ocupação" da América. O Instituto das Sesmarias foi a política de colonização posta em prática no reinado de D. João III, momento de criação das capitanias hereditárias (SILVA, 2018).

Quadro 1:

Nome	Origem	Ano⁶
Rio Grande	Presídio	1738
Santo Antônio da Patrulha	Guarda e Registro	1763
Rio Pardo	Fortaleza	1762
Santo Amaro	Armazém Real	1773
Estreito Nossa Senhora dos Anjos	Aldeamentos indígenas	1761 1763
Viamão Triunfo São Francisco Cima Serra Vacaria Conceição do Arroio Cachoeira	Assentamentos espontâneos: criação de gado	1747 1756 1762 1768 1773 1779
Taquari Porto Alegre Lombas Mostardas	Instalação de açorianos, iniciativa do Governador	1765 1772 1773 1773

Elaborado pela autora a partir de Osório (2015)

Sobre as origens das freguesias no Rio Grande do Sul, Osório (2015) nos traz que:

Na década de 1750, com a assinatura do Tratado de Madrid e a presença do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, na Colônia de Sacramento e depois em Rio Grande, iniciam-se os preparativos para a demarcação de limites e remoção das aldeias jesuíticas da margem oriental do rio Uruguai. No rumo oeste, a criação de um forte (1751) às margens do rio Jacuí, no meio caminho para as Missões, que originou a freguesia de Rio Pardo. Nas margens do mesmo rio, quilômetros antes, estabeleceram-se armazéns reais para apetrechos de guerra (para abastecer os exércitos portugueses na incursão às missões), que estiveram na origem, vinte anos depois, da freguesia de Santo Amaro (OSÓRIO, 2015, p. 73).

É neste contexto que surge a paróquia de São José de Taquari a mando de Antônio do Desterro, bispo do Rio de Janeiro, que atendeu a um pedido do governador da Capitania, pois havia a preocupação de suprir a demanda da população açoriana que ali se encontrava assentada.

⁶ O ano se refere à fundação da freguesia.

2.2 A freguesia de São José de Taquari: fundação e transformação territorial

A freguesia de São José de Taquari foi implantada em 13 de maio de 1765, e ficou subordinada à Vara do Senhor Bom Jesus do Triunfo até ser elevada à paróquia autônoma e à matriz. O primeiro pároco designado pelo governador José Custódio de Sá e Faria para Taquari se chamava Manoel da Costa Mata (COSTA E SILVA, 1972).

Os açorianos que foram os responsáveis pela fundação da freguesia de Taquari, chegaram no local no ano de 1764 e deram origem a um povoado. Esses casais vinham de outras colônias localizadas à margem da lagoa dos Patos e buscavam locais férteis para o cultivo do trigo. Este fato foi concomitante à inserção da mão de obra escravizada na região. Vale salientar, porém, que o processo de ocupação na região já havia se iniciado no ano de 1750 com a doação de sesmarias. O governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, que planejava ocupar a Bacia do Rio Jacuí, concedeu sesmarias de terras na década de 1750 ao capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme, no Vale do Taquari (CHRISTILLINO, 2004).

Dentre outros contemplados pela política de doação de terras, neste mesmo período, estavam o capitão Francisco Corrêa Sarafana, o Tenente Francisco da Silva e Luiz Vicente Pacheco de Miranda, estes últimos eram portugueses e casados com as filhas de Jerônimo de Ornellas Menezes de Vasconcellos (FARIAS, 2012).

A vinda de açorianos⁷ para o território que hoje compreende o Rio Grande do Sul fez parte do projeto de ocupação do território pela Coroa portuguesa. No ano de 1747 os açorianos solicitaram ao rei permissão para migrarem ao Brasil devido a superpopulação do arquipélago, que em decorrência da má distribuição de terras

⁷ Dentre os fatores que impulsionaram a vinda de imigrantes açorianos ao Brasil temos posto que: "Nas Ilhas dos Açores, já tempo atrás, uma erupção vulcânica das mais violentas flagelara a ilha de Faial. Duas de suas freguesias mais prósperas e populosas ficaram literalmente arrasadas. Casas, terras, homens e animais haviam sido levados diante das cinco verdadeiras ribeiras de fogo até o mar, como narra o historiador açoriano Antônio Ferreira de Serpa. Os que se salvaram do tremendo cataclisma ficaram na maior miséria, apenas com a roupa que lhes cobria o corpo. Esta situação calamitosa se estendeu às demais ilhas, já superpovoadas e cujas colheitas passaram a ser insuficientes para atender às que nas mesmas viviam" (WIEDERSPAHN, 1979, p. 15).

causava miséria e escassez nas colheitas.

A princípio, sob a tutela da coroa portuguesa, os casais açorianos deveriam ter se instalado na região das Missões, mas diante da impossibilidade devido à Guerra Guaranítica o governo se viu obrigado a alojá-los em Viamão e Porto Alegre. Partindo daí algumas famílias atingiram regiões como Santo Amaro, Taquari e Rio Pardo. O auxílio prometido pelo governo português, entretanto, não se efetivou (CHRISTILLINO, 2004).

A chegada dos imigrantes açorianos não impulsionou apenas o crescimento populacional da região, mas também de todo o território, que neste momento foi chamado de capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Esse crescimento foi imprescindível para a formação dos núcleos urbanos. Como a sede da capitania estava localizada na vila de Porto Alegre, as dificuldades de deslocamento até a capital administrativa favoreceram o surgimento de novas vilas, com seu aparato político e administrativo, um exemplo disso é a câmara de vereadores (MARTINS, 2008).

No início do século XIX, Portugal nomeia o chefe de Esquadra Paulo da Silva Gama como governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, subordinada a Capitania do Rio de Janeiro. Ele teve o dever de reorganizar o território e criar a infraestrutura necessária para a administração política em um local onde que até então a prioridade havia sido as operações militares contra a Espanha.

Diante da necessidade da criação de novas vilas, o governador da Capitania, em ofício⁸ dirigido ao Vice-Rei, em 1803, relatou a situação da capitania e da população e sugeriu a criação de quatro distritos com suas respectivas vilas e suas câmaras. As novas vilas estabelecidas, além da existente em Porto Alegre, que ainda não era oficialmente uma vila, foram as de Rio Grande de São Pedro, Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha (MIRANDA, 2008). Estes núcleos urbanos funcionavam dentro de uma hierarquia política e religiosa de divisão de território, sendo assim:

⁸ MIRANDA, Márcia E.; MARTINS, Liana B. (coords) Capitania de São Pedro do Rio Grande: Correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama. Porto Alegre: CORAG, 2008. p. 50-51.

Pela íntima relação entre as estruturas do governo com a igreja católica, existia uma série de termos para os assentamentos dependentes que expressavam a hierarquia dentro da organização administrativa – arraiais, povoados e vilas – e da organização eclesiástica – capelas e freguesias -. Nesse sentido, as cidades eram a representação da autoridade metropolitana, sedes de governo regional e dos bispados. As vilas eram o que hoje são os municípios, sedes do poder civil representado na câmara; incluíam no mínimo uma freguesia ou sede da paróquia e podiam ter sob jurisdição vários outros povoados dependentes (DÚRAN, 2009, p. 58).

O documento que efetivamente estabeleceu a divisão geopolítica administrativa das vilas foi a provisão real de sete de outubro de 1809, assim como a sua subdivisão em freguesias (COSTA E SILVA, 1968). Desta forma, no ano de 1809 a divisão geográfica da capitania ficou assim definida:

Quadro 2:

Vilas	Freguesias	Almas
Vila de Porto Alegre	Nossa Senhora de Deus de Porto Alegre (sede de Capitania) Nossa Senhora da Conceição de Viamão Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia	11.747
Vila de Rio Grande de São Pedro	São Pedro do Rio Grande Nossa Senhora da Conceição do Estreito São Luiz de Mostardas	11.290
Vila do Príncipe	Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo Santo Amaro São José de Taquari Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira	9.599

Vila de Anadia	Santo Antônio da Patrulha Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria Nossa Senhora da Conceição do Arroio	4.085
Total da população		36.721

Fonte: Elaborado pela autora a partir de MIRANDA, Márcia E.; MARTINS, Liana B. (coords) Capitania de São Pedro do Rio Grande: Correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama. Porto Alegre: CORAG, 2008.

Nesta conformação territorial, a freguesia de São José de Taquari passa a pertencer ao território da vila de Rio Pardo (na época chamada de vila do Príncipe), e a ela ficará subordinado até que novas vilas surjam na década de 1820 e o Brasil passe a utilizar a divisão territorial de província em substituição às capitanias. Porém, para melhor entender estas modificações, é necessário um recuo temporal.

Foi em setembro de 1807, que D. João decidiu que, devido a distância entre o Sul e o Rio de Janeiro, seria conveniente desanexar o Governo do Rio Grande da Capitania do Rio de Janeiro. Assim, a região é elevada a Capitania Geral com o nome de “Capitania de São Pedro” sendo o seu primeiro governador o capitão Dom Diogo de Sousa.

Levando em consideração o período que segue após 1808 com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, os impactos deste acontecimento fizeram fervilhar no país os ideais iluministas inspirados pela Revolução Francesa. Estas ideias se refletiram na forma como se pensou a organização do espaço no sentido da efetividade da ação do Estado. Por isso, entrou em debate na constituinte de 1823 a discussão de como seria a nova divisão territorial do agora novo país. O sistema de capitanias hereditárias vigorou até os anos que precederam a independência, tendo como duração um período de aproximadamente 300 anos.

O sistema de províncias que é adotado no Brasil após a independência, surge da influência do liberalismo espanhol e da constituição de Cádiz⁹ na Revolução

⁹ A Constituição espanhola de Cádiz, de 1812, é um documento importante, não só por sua grande relevância para a história da Espanha, mas também por ser o testemunho de um momento de transição, quando novas conquistas, em termos de direitos fundamentais da pessoa humana e

Portuguesa¹⁰. Os líderes revolucionários liberais portugueses usaram esse artifício para seduzir os líderes das capitanias brasileiras (o sistema dava mais liberdade aos capitães) e assim, expandir a revolução.

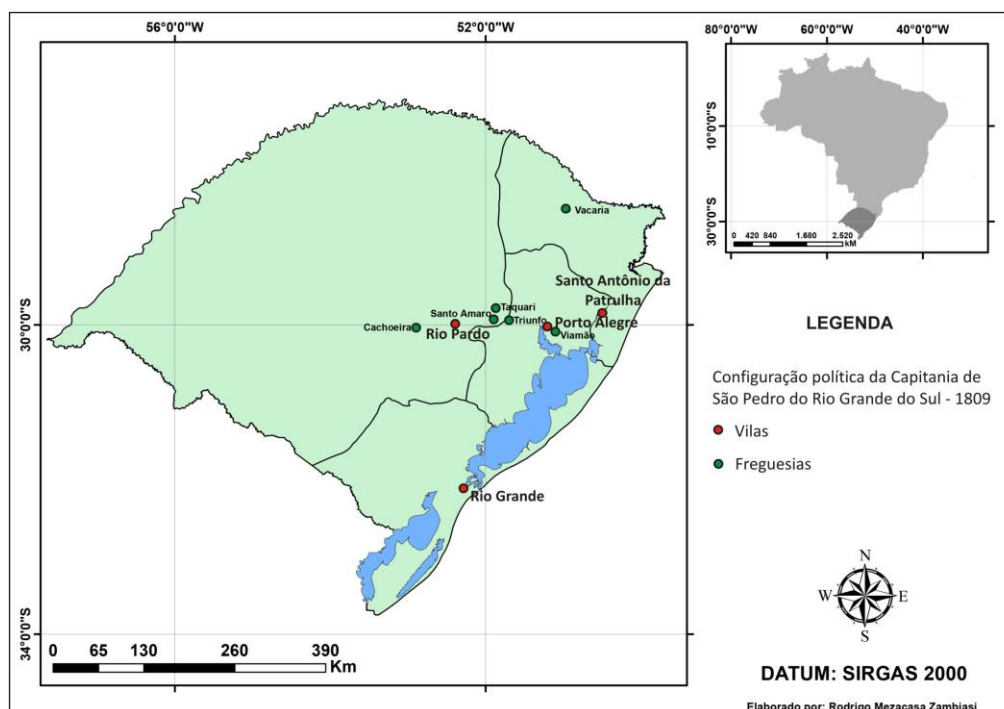
Em meio a intensas revoltas e pressões, no dia 7 de março de 1821, o rei D. João VI finalmente anunciou sua volta a Portugal. Esse anúncio foi feito por decreto, assim legitimando o movimento revolucionário português e a adesão do Brasil. Neste momento, o Brasil envia a Portugal seus representantes para as Cortes a fim de se realizar a primeira eleição geral. Esta eleição adotou o sistema da constituição de Cádiz e para isso, foi necessário que as capitanias deixassem de existir dando lugar às províncias. Adotar o sistema provincial foi vantajoso aos olhos das autoridades e também para a população mais afastada do governo central, sediado no Rio de Janeiro. O sistema provincial espanhol tinha mais espaço para a escolha de representantes eleitos e outorgava funções importantes.

Com a independência do Brasil, o sistema de capitanias não tinha mais espaço no país, tanto que no dia 23 de outubro de 1823 foi aprovada a lei que transformou as antigas capitanias em províncias. Com esta mudança foi criada a função de presidente de província onde este seria o chefe do poder executivo e representante do Imperador, além de manter a vila como base da administração (MATTOSO, 1992). Posto isto, os mapas a seguir demonstram a mudança ocorrida no território sulista ao se transformar em Província:

direitos dos povos, foram consagrados num conjunto normativo que, ao mesmo tempo em que afirmava a independência do Estado e sua soberania, estabelecia as regras para a legitimidade do governo, sua organização e suas limitações, consagrava um conjunto de direitos que nem a lei, nem os governos poderiam afrontar (DALLARI, 2014).

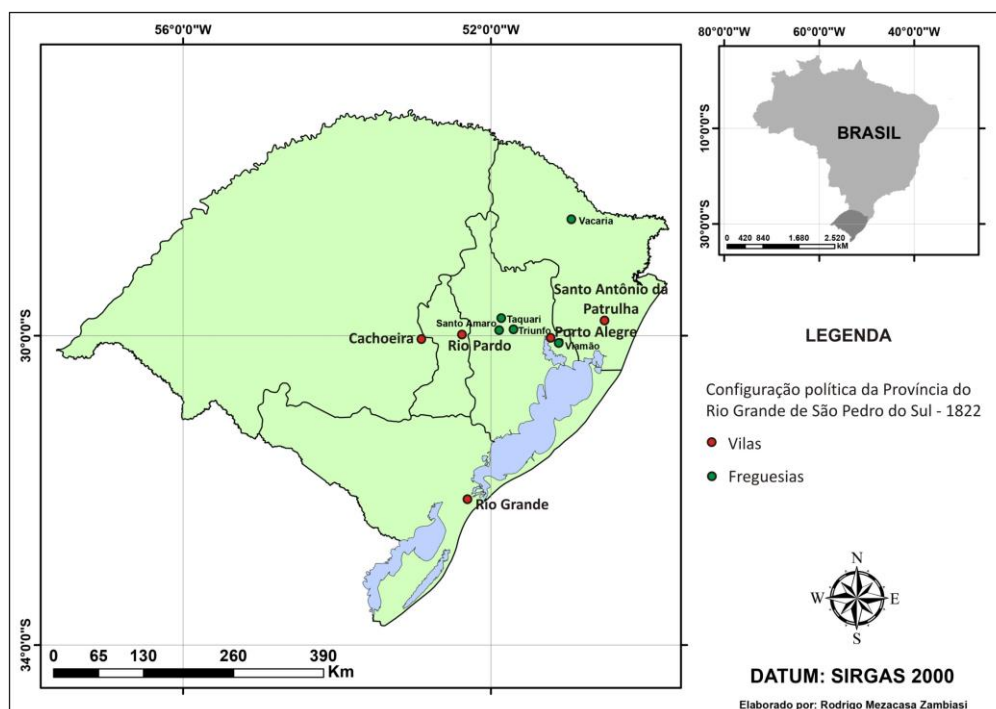
¹⁰ A Revolução Portuguesa pretendia que o rei voltasse para Portugal e estabelecesse as vantagens econômicas com o Brasil. Exigia a limitação do poder do rei ao estilo liberal da época, inspirado nas ideias filosóficas da França e Inglaterra e, em grande parte, no exemplo espanhol. O liberalismo era o caminho a ser seguido para reconquistar as glórias do século XV e XVI e ainda restringir os poderes do monarca, que seria submisso à nova elite que emergirá no espaço político deixado pela família real (Feloniuk, 2013).

Mapa 1 - Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul



Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates (2018)

Mapa 2 - Província de São Pedro do Rio Grande do Sul



Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates (2018)

Doravante estas mudanças na divisão territorial nacional, percebe-se que há um aumento no número de vilas na província. Desta forma, a vila de Rio Pardo perde território enquanto a de Porto Alegre agrega, passando assim, a freguesia de Taquari e de Triunfo a pertencer a esta jurisdição. Ao longo do século XIX muitas freguesias irão ser elevadas à categoria de vilas, isso devido o desenvolvimento econômico destes locais. Para a construção de uma vila, era necessário que se construísse casas onde pudessem atuar a câmara de vereadores e o poder judiciário. Sobre a elevação das freguesias a condição de vilas ou cidades, temos posto que:

[...] não teve dispositivo legal que estabelecesse diferenças sequer entre cidade e vila. A mais antiga unidade territorial brasileira - a sede de freguesia - costumava ser arbitrariamente elevada à condição de vila, ou mesmo diretamente à condição de cidade. Também surgiam vilas e cidades sem a prévia existência de freguesias. Tantas cidades quanto vilas podiam ser sedes de municípios (VEIGA, 2001, p. 2).

Seguindo essas mudanças, no ano de 1831 a freguesia de Triunfo se emancipa e é elevada à categoria de vila. Neste momento, vai agregar para si alguns distritos próximos, dentre eles, a freguesia de Taquari. No ano de 1849, foi a vez da freguesia de Taquari se emancipar e ser elevada à categoria de vila. A criação da vila de Taquari ocorreu oficialmente no dia quatro de agosto de 1849 por meio da lei provincial de número 160. No registro de criação da vila, encontramos os limites territoriais estabelecidos para a mesma:

Aos tres dias do mez de Dezembro do Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jezuz Christo de mil oito centos quarenta e nove, vigessimo oitavo da independencia, e do Imperio, nesta Freguezia de São José de Taquary, onde foi vindo o Vereador Presidente da Camara Municipal da Villa do Senhor Bom Jezuz do Triunpho Manoel Fernandes da Silva, comigo Manoel José de Santa Isabel, Secretario da Mesma, para effeito de erecta em Villa a mesma Freguezia, na conformidade da Lei Povincial numero cento e sessenta de quatro de Julho do corrente anno, de intallar-se a Camara Municipal, dar-se juramento e posse aos Vereadores da mesma, na forma do posto do Decreto de treze de Novembro de mil oito centos trinta dous, remettido por copia pela Presidencia da Provincia, em officio numero quarenta e quatro de desoito de Outubro ultimo, cujo officio, Lei e Decreto, são de theor seguinte: - “Segunda Sessão. Número quarenta e quatro. Devendo-se Provisoriamente limites da nova Villa de Taquary, e attendendo a que os moradores da Freguezia de Santo Amaro, conforme os lugares que habitão, deve pertencer aquelle Termo, que lhes fique mais próximo, tendo resolvido que o da nova Villa de Taquary, alem de terreno que demarca a esta Freguezia, comprehenda todo o mais a Freguezia de Santo Amaro [...] (LIVRO 1, 1850, officio 1).

Conforme este documento, a freguesia de Santo Amaro, neste momento,

passa a pertencer aos limites da nova vila de Taquari. O fato de as novas vilas receberem as freguesias mais próximas ao seu termo era comum e já havia acontecido com Taquari no momento da emancipação de Triunfo, pois isso facilitava o acesso dos moradores ao poder público. O território de Taquari neste momento, compreendia praticamente toda a atual região do Vale do Taquari. Ao longo dos séculos XIX e XX é que a região vai aos poucos se desmembrando a partir da criação de novos municípios. No mapa a seguir verifica-se a divisão territorial da província, com a vila de Taquari já emancipada de Triunfo:



Fonte: Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul (1809 - 2018).

2.3 O Brasil do século XIX

Ao falarmos de Taquari no período de sua emancipação na década de 1850, devemos levar em consideração o contexto histórico em questão. Escrever sobre o século XIX é uma tarefa desafiadora, tendo em vista as mudanças que se sucederam no mundo e no Brasil a partir dele. Foi no século XIX que o Brasil deixou de ser uma colônia e passou a abrigar uma família real que mesmo após sua independência de Portugal, ocorrida em 1822, continuou governando o país.

Contradição é a palavra que melhor define o Brasil, especialmente no século XIX. O novo país surge como independente aclamado por discursos liberais inspirados na Revolução Francesa. Porém, o regime de governo persiste como monárquico e a abolição da escravidão não foi nem de longe uma proposta cogitada pelos grupos que compunham as elites.

O que aconteceu após a independência foi uma intensa luta para a manutenção dos privilégios das classes abastadas e a busca pela integridade do território nacional, tendo em vista o exemplo de desintegração territorial dos vizinhos. Muitos movimentos e rebeliões contrários ao regime e a própria independência transformaram o Brasil em um palco de guerra civil. Muitas foram as dificuldades e a promulgação da primeira constituição revelou que o caráter do novo governo não seria diferente e menos autoritário que o antigo.

Em meados de 1850 verifica-se um fortalecimento e uma maior centralização do poder monárquico. Foi neste contexto que algumas decisões sobre questões relevantes terão impacto direto nas elites do país. O primeiro se refere a aprovação da lei Euzébio de Queiroz¹¹, que abolia o tráfico de escravos e o segundo foi a aprovação da Lei de Terras que passou a garantir o direito à posse destas para quem pudesse comprá-las (CHRISTILLINO, 2006).

A lei antitráfico teve como consequências imediatas o aumento do preço de cada escravo além de uma ampliação significativa no tráfico interno. No que se refere a aplicação da Lei de Terras, esta foi mais uma forma de aproximação entre

¹¹ Lei nº 581 de 04 de setembro de 1850 que tornou o tráfico de africanos ilegal no Brasil (BRASIL, 1850).

as elites agrárias e a Coroa, na medida em que esta delegou às estruturas locais de poder o comando para a aplicação da mesma. Esta estratégia da Coroa tinha como objetivo estabelecer um equilíbrio político com as elites locais de cada província e amenizar o impacto da Lei Euzébio de Queiróz.

É neste contexto que a freguesia de São José de Taquari irá se transformar em vila e a partir de então, construir o seu próprio aparato político administrativo. Foi ocupando os cargos de vereadores que as elites agrárias tiveram seu contato com as instâncias superiores facilitado. Desta forma, não foi coincidência que a questão da posse de terras esteve presente e foi umas das mais discutidas nos primeiros anos de formação da vila, assim como a preocupação com a construção de caminhos e de pontes sobre o rio Taquari e seus afluentes que facilitassem o escoamento de mercadorias e escravizados, além de ampliar a rede de contatos com as demais vilas e províncias.

Analisando este momento conturbado que envolve a década de 1850, é importante destacar que o uso apropriado do poder político poderia garantir a segurança econômica e social das elites locais o que justifica a importância dada ao cargo de vereador em um momento de transição. Desta forma, no próximo capítulo propõe-se a análise da atuação de uma elite econômica e política na região de Taquari durante a segunda metade do século XIX.

3. A câmara de vereadores: os “homens bons” de Taquari na segunda metade do século XIX

Neste capítulo, o propósito é compreender como surge a primeira câmara de Taquari, logo após a sua emancipação. Para uma análise mais ampla, a documentação utilizada neste capítulo foram as atas da câmara de vereadores dos anos 1849, 1850, 1851 e 1852 que correspondem a atuação imediata da primeira vereança. Essas fontes documentais foram essenciais no objetivo de compreender como foi a atuação desta instituição nos primeiros anos da emancipação de Taquari.

3.1 A instituição camarária: mudanças na legislação

Para compreendermos a importância e o significado de se ocupar um cargo na câmara de vereadores é preciso entender o que esta instituição significava no período em questão. É somente após a emancipação política da freguesia de São José de Taquari que a mesma é elevada à categoria de vila, e passa a contar com uma câmara de vereadores. Este fato mudou completamente a forma como a população taquariense atuava no cenário da província, pois a partir de então, elegia seus próprios representantes.

Estas eleições, porém, excluía boa parte da população, composta por escravizados e trabalhadores e facilitava às elites econômicas locais a possibilidade de usufruir de mais um espaço de dominância. É fato que com a independência do Brasil, a câmara de vereadores não era a mesma do período colonial, porém, não deixava de atrair grupos específicos interessados em ocupar cargos políticos, que representavam poder e status.

A instituição camarária tem início com as câmaras ultramarinas, que foram instituições importantes durante o período colonial e essenciais para o funcionamento do aparato administrativo do império português. Estes conselhos eram formados por moradores que foram responsáveis por funções de gestão. Estas

por sua vez, funcionavam como espaços de ocupação da elite local, o que facilitava a negociação com as hierarquias superiores.

Durante o período histórico conhecido como Idade Moderna, os chamados conselhos ultramarinos exerciam tanto atividades administrativas e tributárias quanto as judiciais. Além disso, exerciam outras funções como recolher impostos, fiscalização do comércio, concessões de licenças para construções, resolução de litígios e questões criminais, entre outras coisas. Sobre quem ocupava os cargos nessas câmaras, Comissoli (2008) os denomina de “homens bons”, fazendo referência aos membros das elites locais, devido ao fato de que as exigências para ocupar este tipo de cargo político excluía boa parte da população.

Dentre as exigências estava a de ser casado, maior de 25 anos, católico e não ser mestiço. Sendo assim, estudar os homens que compunham essa instituição nos possibilita a compreensão da sociedade em que atuavam e quais as relações de poder que exerciam dentro e fora do espaço político.

É importante ressaltar que a instituição camarária vai sofrer ao longo dos anos mudanças na legislação que modificam a sua forma de atuação, limitando suas funções. Durante o período imperial, logo após a proclamação da independência, uma série de mudanças no aparato político ocorrem com o objetivo de manter a unidade territorial e a ordem social. Neste sentido, as câmaras de vereadores são as que mais sofrem mudanças, perdendo funções jurídicas e a autonomia financeira. Assim, toda e qualquer petição deveria ser enviada ao governador da província para aprovação.

Sobre algumas das mudanças na legislação camarária:

A Lei de 1º de outubro de 1828, o Regulamento das Câmaras Municipais, é que delimitava o campo de ação deste organismo administrativo, limitando as funções da Câmara Municipal à esfera administrativa. Assim apontava em seu Título II: “Art.24. As Câmaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa”. Entretanto, um estudo mais atento da ação da Câmara Municipal nos aponta que seu campo de ação era muito maior, se considerarmos a importância de seu poder no âmbito local. Era, pois, a Câmara que definia os impostos a serem pagos pelos exportadores do município; definia os espaços de diferenciação entre público e privado; determinava normas de comportamento público e de organização do espaço; nomeava funcionários; e criava impostos (MARTINY, 2008, p.7.).

Para compreendermos a atuação da câmara de vereadores, necessitamos conhecer quem eram os homens¹² que ocupavam este espaço. Para isso, precisamos entender quem era a elite de Taquari e como a mesma se formou dentro deste espaço ao longo dos séculos XVIII e XIX.

3.1 Formação de uma elite regional

Ao falarmos de elites vemos a necessidade de definição deste conceito, já exaustivamente trabalhado pela historiografia. Falar das elites é buscar por meio de uma investigação minuciosa dos sujeitos que ocupam os lugares favorecidos da sociedade, a compreensão da complexidade das relações destes com os demais grupos sociais. O pesquisador das elites se propõe a entender os processos históricos nos quais esse grupo está inserido, identificando suas características mais ou menos constantes (HEINZ, 2006).

O conceito de elite pode se referir a grupos sociais distintos, dependendo de quais critérios o pesquisador determina para basear a sua investigação. Não há consenso sobre o que se entende por elites, sobre quem são e sobre o que as caracteriza (HEINZ, 2006). Desta forma, pode-se falar de elite social, política, econômica e intelectual, etc. Ser da elite econômica não significava, necessariamente, que o indivíduo pertencia a elite política, apesar de no período analisado, ambas as condições estarem entrelaçadas na maioria dos casos.

Sendo assim, definimos para este trabalho, o conceito de elite política proposto por José Murilo de Carvalho (2007) para quem seus membros são os que tomam as decisões e são capazes de fazer escolhas dentre algumas alternativas possíveis. Em Taquari, este era o grupo que detinha a posse de terras e que, por meio desta, poderia barganhar com o governo central, além de dominar os espaços rural e urbano na medida em que a produção de gêneros agrícolas, a extração da madeira e a criação de gado dependiam desta posse em específico. Para a região

¹² Aqui citamos homens porque, apesar da Constituição de 1824 não fazer nenhuma alusão específica às mulheres, devido a ordem social estabelecida elas estavam automaticamente excluídas da vida política.

de Taquari a posse de terras estava também atrelada às milícias sul riograndenses, fato destacado pelo historiador Christillino:

No Vale do Taquari, os principais chefes milicianos eram proprietários de terras florestais, como foi o caso das famílias Ribeiro, Azambuja, Vilanova e Mariante. O capital político e familiar desses clãs residia no seu poder de mobilização de milícias e na acumulação de cargos no interior da burocracia provincial. Logo, os “coronéis do mato” conquistaram um importante espaço de na política sul-riograndense do período. Mas, nem todos os estancieiros eram milicianos (CHRISTILLINO, p. 81, 2010).

A formação desta elite só foi possível graças à política de doações de terras iniciada pelo governo português no século XVIII. Conforme já citado no capítulo anterior, na década de 1750 inicia-se o processo de doações de sesmarias em Taquari. O governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada planejava ocupar a Bacia do Rio Jacuí e para isso, concedeu sesmarias de terras na década de 1750 ao Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme, no Vale do Taquari (CHRISTILLINO, 2004).

Dentre outros contemplados pela política de doação de terras estavam o capitão Francisco Corrêa Sarafana, o tenente Francisco da Silva e Luiz Vicente Pacheco de Miranda, estes últimos eram portugueses e casados com as filhas de Jerônimo de Ornellas Menezes de Vasconcellos (FARIAS, 2012). Já na década de 1770, encontram-se registros de doações de terras a cinquenta e cinco casais de açorianos.

Sobre o Tenente Francisco da Silva, sabe-se que foi um dos primeiros povoadores de Taquari e que fixou ao Passo do Rio Tebiquari. Este dado pode ser visto nas concessões de suas sesmarias e documentos no Arquivo Nacional, onde está demonstrado que o Tenente estava de posse dos campos, onde se arrancharam os casais açorianos enviados em 1760. Conforme as informações dos documentos, o estancieiro Francisco da Silva vivia em Viamão, porém, a porção de terra que lhe foi destinada consistia em um rincão de duas léguas de terra em quadra, limitando-se ao sul com o rio Taquari (COSTA E SILVA, 1972).

Já em finais do século XVIII, havia quarenta e dois proprietários de datas de terras de um total de cento e treze proprietários na Freguesia de Taquari, ou seja, mais ou menos 40% da posse de terra nos últimos quarenta anos do século XVIII pertenciam a açorianos. Sabe-se que a Freguesia de Taquari teve como base

econômica a lavoura. Porém, os criadores de gado também necessitavam da produção agrícola, tanto quanto os lavradores necessitavam de animais para serviços dos mais diversos nas propriedades (ROSA, 2017).

Outro dado importante a se mencionar sobre os açorianos, é que os mesmos utilizaram negros escravizados para o trabalho na lavoura, uma prática costumeira no continente de Rio Grande de São Pedro. O número médio de escravos que os lavradores do continente possuíam era de 3,3 por plantel. Ou seja, a presença do negro escravizado em pequenas propriedades foi comum tanto no Continente como na freguesia de Taquari (OSÓRIO, 2007).

Durante o início do século XIX, novas sesmarias e terras vão sendo ocupadas na região, e unidades de produção importantes, as fazendas, se estabelecem. É no início do século XIX que a região crescerá economicamente, se destacando pela produção de trigo, erva mate, extração de madeiras, exploração de pedreiras, dentre outras atividades.

Nos documentos salvaguardados no Arquivo Nacional, encontramos diversas sesmarias concedidas pela coroa na região de Taquari. Dentre elas, destacamos a que foi concedida mediante o pedido de Manuel Alves dos Reis Louzada, em abril de 1809. Na sua petição verifica-se que, dentre as justificativas do comerciante, residente na vila de Porto Alegre, estava a possibilidade de o mesmo estabelecer fábricas e agriculturas, mas que para o bom logro desta empreitada, necessitava de boa área de terras. Assim, o requerente sugere à Coroa a doação de terras na região da Serra Geral de Taquari, onde havia tido notícias de uns matos devolutos.

Para exemplificarmos quem eram os membros da elite taquariense, o referido Manuel Alves dos Reis Louzada recebeu o título de Barão de Guaíba em 20 de dezembro de 1855. Foi proprietário de três fazendas em Taquari: Pedreira, Conceição e Pinhal. Era tido como um importante comerciante em Porto Alegre, suas fazendas abasteciam seu comércio e é onde trabalhavam seus escravos. Em seu inventário, registrou-se a propriedade de 168 escravos, uma quantidade considerável para os padrões da época (CARDOSO, 2014).

Outra doação encontrada no Arquivo Nacional foi para a senhora Joaquina Bernardina da Silva, no ano de 1799. No pedido enviado a coroa, a requerente e

suas três irmãs alegavam possuir escravos que gostariam de utilizar para a produção agrícola, não tendo para isso terras. No documento, vemos que ela sugere a doação de matos devolutos na região de Taquari. A exemplo destes, nos séculos XVIII e XIX, muitos foram os pedidos de terras a Coroa na região de Taquari, onde os requerentes iam estabelecendo suas fazendas e empregando nelas mão de obra escravizada.

Devido às atividades realizadas nas fazendas e propriedades locais, a elite de Taquari estava constituída por donos de serrarias e pedreiras, possuidores de grandes áreas de terra, além de um importante capital político. As famílias Azambuja, Mariante, Louzada, Ribeiro, Oliveira Bello, por meio de suas relações de prestígio na Província, pelos postos que ocupavam na guarda nacional e pelo uso de cargos burocráticos, acabaram por garantir títulos de terras.

Porém, a exemplo do que acontecia em todas as províncias, o uso predatório da terra e a exploração dos recursos, especialmente da madeira, fez com que a elite taquariense enfrentasse uma crise econômica na segunda metade do século XIX, período de sua emancipação. A facilidade com que a Coroa doava terras e ignorava a posse irregular das mesmas, fez com que o cuidado com elas não existisse. Em busca de lucros, os proprietários devastavam tudo o que podiam e depois, pediam novas terras. Essa prática foi uma das principais responsáveis pelo desmatamento desenfreado, fato que irá afetar a economia taquariense, a exemplo do que ocorreu em todo o império (DEAN, 1996).

A não preocupação com o reflorestamento das matas de onde se retiravam as tábuas de pinho, fez com que esta atividade, umas das mais importantes para a vila de Taquari, entrasse em declínio. Além disso, a produção de erva mate, segunda atividade mais lucrativa, sofria com a extração inapropriada pois suas árvores eram destruídas pela exploração mal feita. Produções agrícolas como de algodão e cana de açúcar estavam em processo de abandono devido a não valorização destes produtos no mercado. Em meados da década de 1850, encontramos uma elite local que tinha prestígio político, mas que estava em bancarrota. Com a chegada da imigração alemã a região, a venda de lotes de terra se mostrou uma saída viável, fato que não passou despercebido as elites locais, já infiltradas na câmara de vereadores da jovem vila (CHRISTILLINO, 2004).

3.2. Surge a primeira Câmara Municipal: *modus operandi*

A primeira eleição para a Câmara de Taquari aconteceu no dia sete de setembro de 1849 quando foram escolhidos seis cidadãos taquarienses (QUADRO 3). A primeira sessão aconteceu em três de dezembro de 1849, presidida pelo vereador Antônio dos Santos Praia, que fora o mais votado. Nas tabelas a seguir é possível verificar o nome dos primeiros vereadores e suplentes a compor a Câmara de Taquari:

Quadro 3 – Vereadores Eleitos em 1849

Nome	Votos
Antônio dos Santos Praia	425
Manuel Fernandes da Silva	418
João Leonardo Cardoso	413
Joao Ferreira Brandao	349
Antônio Caetano Pereira	345
Américo de Azevedo Vianna	312

Quadro 4 – Vereadores Suplentes em 1849

Antônio de Azambuja Vilanova	205
Manuel Patrício de Azambuja	204
Joao Francisco Fernandes	82
Geraldo Caetano Pereira	71
Antônio José Vianna	69
Ponciano Vieira de Azambuja	55
Antônio Israel Ribeiro	36

Fonte: elaborado pela autora com base nas atas da Câmara de Taquari.

É preciso salientar que neste período o voto no Brasil era censitário, ou seja, só votavam os cidadãos com renda anual igual ou superior a 200 mil réis para eleitores de primeiro grau, e 400 mil réis para eleitores de segundo grau. Ademais, só podiam participar das eleições homens maiores de 25 anos, salvo se com 21

anos fossem casados ou ocupassem cargos militares. A constituição nunca mencionou nada sobre o voto feminino porque votavam apenas os homens (NICOLAU, 2002).

As fraudes eleitorais eram comuns devido à falta de fiscalização no processo. Pessoas com direito ao voto poderiam ser deixadas de fora, assim como o voto em troca de favores se tornou prática comum. O voto não era secreto, o que dificultava ainda mais o combate às fraudes. Outro problema deste período era a dificuldade da compreensão na aplicação das Leis Imperiais, o que fez com que o governo central tivesse que editar instruções no ano de 1849, para sanar as inúmeras dúvidas quanto ao processo eleitoral (FERREIRA, 2005).

Os problemas com as fraudes aparecem no início do estudo da documentação da Câmara de Taquari. No ofício de número oito do ano de 1850, a legitimidade da eleição é contestada por um dos vereadores suplentes no momento em que o mesmo foi chamado para assumir seu posto na câmara de vereadores.

[...] pela cópia junta verá Vossa Excelencia que tendo esta Camara chamado o tenente coronel Antonio Israel Ribeiro para servir de vereador suplente e este respondeu que a eleição desta Camara é nulla e que por isso não vem prestar juramento e servir como tal. A vista do exposto está claro que o fim daqueles cidadãos é tirar a força moral desta Corporação, dando exemplos para não ser obedecidas em suas ordens legaes, e é por isso que esta Camara se dirige a Vossa Excelencia para que a vista da Ley julgue da legalidade ou ilegalidade de sua eleição a fim de que sob este pretexto não torne a ser desobedecida (LIVRO 12, 1850, Ofício 08).

Não se sabe ao certo o motivo do protesto do coronel Antônio Israel Ribeiro ou qual a sua desavença com a Câmara de Taquari, mas o que se pode inferir com base neste episódio é que não havia uma coesão e uma harmonia total entre a elite de Taquari, e que os interesses de um não necessariamente eram os do outro.

Porém, o que se sabe sobre o tenente coronel Antônio Israel Ribeiro, é que o mesmo foi um dos homens mais ricos e influentes de Taquari e que posteriormente viria a se tornar um dos principais colonizadores de terras da região. Sua principal propriedade era a Fazenda dos Barros e na década de 1860 entrou em disputa com o Barão de Guaíba, pela posse de dois mil hectares de terras que se localizavam aos fundos da Fazenda Estrela. É importante ressaltar que estas disputas por terras se deram após o ano de 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras. A contar deste momento, houve uma corrida para a demarcação das propriedades, o que

gerou muitas fraudes, pois somente as terras de fato ocupadas poderiam ser demarcadas sendo que as demais, passariam a pertencer a Coroa.

Em Taquari não foi diferente, pois no processo de demarcação da área de terras que o Coronel Ribeiro disputava com o Barão de Guaíba, muitas fraudes foram levantadas pelo delegado de repartição das terras públicas. O mesmo averiguou que, diferente do que haviam afirmado o capitão João Sabino Sampaio Mena Barreto e o tenente Salvador Barbosa da Costa, as terras não estavam sendo cultivadas e não havia uma efetiva moradia neste local e que na verdade, se tratavam de terras devolutas¹³ (CHRISTILLINO, 2012).

Verificado isso presumimos que o tenente coronel Antônio Israel Ribeiro tinha outros motivos que não os que envolvessem a ética, para contestar a legitimidade do processo eleitoral da câmara de vereadores, haja vista que a sua reputação quanto a fraudes é conhecida na bibliografia regional (fato já retratado pelo historiador Crhistillino), além do fato de haver entrado em conflito com outros membros da elite local na disputa por terras e poder, o que neste caso, acabava sendo o mesmo.

A estratégia da câmara de vereadores como resposta a esta afronta foi apelar para as instâncias superiores, fazendo com que o presidente da província advogasse sobre a questão. Se pressupõe que uma ordem vinda de uma hierarquia superior colocaria por terra toda e qualquer desconfiança, porque este tipo de situação colocava em risco a legitimidade da instituição. A insistência da Câmara em ter uma resposta do Governo para mostrar aos munícipes fica evidente no ofício:

Visto que esta Camara Municipal não tendo solução do officio, ora junto por cópia que endereçou ao antecessor de Vossa Excelência, está em posição de tolerar o que não deve, isto é, de ser desobedecida em suas ordens legaes a pretexto de não estar legitimamente constituída, como acconteceo com o tenente Coronel Antônio Israel Ribeiro, que pretende assumir attribuições de Vossa Excelência, [ilegível] Governo Central, aquem a Ley authorisa para julgar da legalidade, ou ilegalidade das eleições das Camaras Municipaes, exige que Vossa Excelência haja de esclarecer a respeito, pois aquelle cidadão tem de ser chamado pela ordem de votação para substituir os vereadores impedidos, e dirá outra vez que julga illegal esta Corporação e que sua opinião é inquestionável. Admitido o precedente de qualquer conhecer da validade da nomeação das Authoridades Constituídas e obedecer-lhes quando ellas parecessim legitimas, estava admittida a anarchia, não haveria ordem que as Leis estabellecem por

¹³ Terras devolutas são terras públicas que não tem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram patrimônio particular, salvo os casos de posse ilegal. O termo "devoluta" significa terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado.

utilidade pública. Deos guarde a Vossa Excelência (LIVRO 12, 1850, Ofício 22).

No que se refere às questões da terra, elas aparecem com frequência nos ofícios da Câmara de Taquari. Segundo a legislação vigente, cabia a câmara zelar por estes assuntos. Mas alguns detalhes chamam a atenção e sugerem que as elites atuavam no sentido de facilitar processos para alguns membros da elite local.

No ofício de número 31 do ano de 1852 a câmara de vereadores interferiu, ainda que de forma sutil, na compra de terras pelo governo da província na região, ao sugerir que as terras das Fazendas Conventos e Lajeado eram as mais adequadas para o projeto de loteamento para a imigração. Dentre os argumentos contava o de que nas terras havia grande fertilidade, auxiliando tanto a agricultura quanto a criação de animais.

Sobre este episódio, Christillino (2004) afirma que neste momento, essas propriedades ainda não haviam sido adquiridas pelo comerciante Antônio Fialho de Vargas, e estavam localizadas próxima da Fazenda São Gabriel, pertencente à família Azambuja, que foram uns dos principais vendedores de terras para a fundação das colônias de imigração.

A interferência da câmara de vereadores pode ter influenciado o governo provincial na escolha dos locais ideais para a colonização na região. Seria credulidade afirmar que apenas o crescimento regional interessava, levando em consideração a situação caótica em que viviam as elites locais, e que no momento viram na venda de terras uma forma de sair da crise. Neste sentido, percebe-se o espaço da câmara de vereadores como um local onde as rivalidades afloram, e as redes de poder se consolidam. Ao sugerirem a compra destas terras ao invés de outras devolutas que estavam interessando ao governo, pode-se preconizar a intenção de beneficiar alguém.

Outras situações que sugerem a forma como a câmara se relacionava com a elite local podem ser verificadas na arrematação das obras públicas do município. Nos ofícios 46 e 49 do ano de 1850, vemos que a câmara deliberou sobre a arrematação de obras públicas. Uma destas obras foi a construção de uma ponte sobre o Arroio Santa Cruz, sendo que o arrematante desta foi Antônio de Azambuja Vilanova, um dos vereadores suplentes.

Ordenando a Vossa Excelência em portaria de 05 de julho próximo passado que esta Camara sob sua responsabilidade mande faser os exames necessários na ponte de Santa Cruz que vai construir o arrematante Antonio de Azambuja Villa Nova, seguindo as condições [ilegível] a aquella portaria cumpre a mesma significar seus bons desejos, suporto que não haja conhecimento necessários para bem desempenhar o que Vossa Excelência ordena a começar pela requisição de engenheiro para indicar o lugar em que se deve construir a ponte e dar as necessárias explicações de arrematante, assim como a essa Camara requerirão que a instâncias de arrematante o vereador presidente desta Camara fez a Vossa Excelencia por intermedio do secretário do Governo . Sala das Sessões da Camara Municipal da Vila de Taquary em sessão de 12 de outubro 1850 (LIVRO 12, 1850, Ofício 46).

Nesta perspectiva, percebe-se que a câmara de vereadores poderia ou não usar de seu poder político para prestar favores a elite local, isto, porém dependia do tipo de relação que os membros desta instituição tinham com os demais membros da sociedade local. Quanto a família Vilanova, do arrematante da obra pública antes citada, a mesma teve uma longa tradição em cargos políticos e ficou conhecida pela sua fortuna em terras. A primeira doação de sesmaria a um Vilanova foi no ano de 1816 a Ricardo José Vilanova (KREUTZ et al, 2011).

Quanto a participação da família Vilanova no cenário da política, a mesma foi ativa e durou por muitos anos. Dentre os Vilanova que compuseram a câmara de vereadores durante a segunda metade do século XIX temos José de Azambuja Vilanova, Antonio de Azambuja Vilanova, Ricardo de Azambuja Vilanova e Joaquim de Azambuja Vilanova (HESSEL, 1983).

Uma outra questão de relevância para a elite local e que interessou a câmara foi a manutenção da ordem escravista. Como já mencionado, a mão de obra escravizada foi amplamente utilizada na região, além de compor boa parte do capital da elite taquariense. Ao analisar o livro de ofícios da Câmara de Taquari, verificou-se que a questão escravista estava dentre os assuntos, conforme o ofício número 39 de 1850:

Esta Camara Municipal faz subir ao conhecimento de Vossa Excelência o officio incluso por cópia, acrescentando as consideracoes expedidas pelo Juis de Paz de Santo Amaro de haver tanto aquelle districto, como o de Taquary crescido número de escravatura empregada na lavoura, carecendo só por isso a solicitude das Authoridades em crear meios de prevenção a qualquer sinistro acontecimento: aprevencao pela segurança reclama a dispensa de onze homens inclusive o capitão do mato da Guarda Nacional movel e da primeira linha por cada um dos districtos deste Município serem empregados nas destruições, digo empregados na destruição de quilombos

e ajuntamentos que ainda mais perigosos possam desenvolver intenções devastadoras: Vossa Excelência tomando na devida consideração o que se acaba de [ilegível] dar o apreço que merece a requisição que ora se faz. [ilegível] Sala das Sessões da Câmara Municipal da Villa de Taquary em Sessão de 12 de outubro de 1850. Ilmo Senhor Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno. Presidente da Província . Assignados os mesmo vereadores da mesma forma que no Officio antecedente. Está conforme. O Secretário Antonio Baptista da Costa (LIVRO 12, 1850, Ofício 39).

Este documento é mais uma prova de como a mão de obra escravizada teve um papel crucial para a construção da economia local. Além disto, o documento demonstra que havia uma preocupação latente com as fugas de escravizados e a formação de quilombos em Taquari o que derruba a tese de uma escravidão branda na região. As insurreições também estiveram presentes na história local e foram registradas em processos crimes, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Como exemplo, temos um dos episódios insurrecionais de Taquari que ocorreu na década de 1860 e está retratado nos documentos judiciais. Foi no ano de 1863 que a Polícia da província recebeu um pedido de ajuda do delegado de Taquari que descobriu um plano de insurreição. Seis escravizados foram presos e levados a depor, e confirmaram o plano de revolta e fuga dos cativos. Este episódio é retratado por Moreira (2016):

A revolta começaria em um fandango numa chácara fora da vila, onde uma terneira seria carneada, sendo provável que nem todos seriam avisados de que se tratava de uma conspiração visando uma insurreição, mas tão somente de um encontro lúdico entre pares. Nesta “reunião de parceiros”, após terem convidado a escravaria das fazendas vizinhas, partiriam para tomar conta da vila, matando em primeiro lugar “a seus senhores, e depois [...] os mais brancos, e mesmo os pretos que não quisessem reunir com eles. O ponto de encontro desta segunda parte do plano era o cemitério, onde pretendiam “forçar as grades [...] arrancando dali barras de ferro que tem a configuração de lanças”, e deste ponto elevado desceriam invadindo Taquari. A idéia de ocupar a vila não era só dirigida a conseguir armamento, roupas e dinheiro, mas “escangalharem tudo”, causando a maior confusão possível, o que facilitaria a fuga. O plano dos cativos discriminava personalizando quatro pontos principais de Taquari que deviam ser atacados: 1º o Tenente Coronel Francisco Patrício Xavier de Azambuja, Comandante do 10º Corpo da Guarda Nacional; 2º o Delegado de Polícia João Ferreira Brandão; 3º o Tenente-coronel Albino José Pereira, Vereador e Comandante do 21º Corpo da Guarda Nacional; 4º o Major Fernando Augusto Maximiliano Kersting Juiz Municipal Suplente (MOREIRA, 2016, p. 44).

Esta situação explicaria o motivo de preocupação da vereança de Taquari com as fugas e revoltas de escravizados, pois facilmente os próprios vereadores se

tornavam alvos fáceis tanto pelo cargo que exerciam, quanto pelo fato de serem eles próprios donos de muitos cativos. Portanto ser um vereador, mesmo que com poderes limitados, os tornavam representantes do próprio império em sua vila e os favoreciam no sentido de prontamente receberem o auxílio necessário em casos de urgência, como a da insurreição em questão. Outro fato que chama a atenção é que o delegado de Polícia no ano de 1863, foi vereador na composição da primeira câmara, o que demonstra que estes senhores poderiam até mudar de cargo, mas buscavam outras formas de se manter no poder.

Apesar da escassez de recursos financeiros e da dependência que a câmara tinha do governo provincial, a mesma ainda era detentora de poderes locais, haja vista que ela mediava todas as questões com o governo provincial. Nada era efetivado sem o aval dos membros da câmara de vereadores. Justamente por isso, apesar das limitações de autonomia desta instituição no período em questão, a disputa por um posto era acirrada pois estar ocupando este espaço significava ter o domínio econômico, social e ambiental do local em que viviam.

Percebe-se que a primeira câmara de vereadores refletia em suas ações o período em que atuava, a caracterizando como conservadora, pois as suas ações se concentraram em manter a posse de escravizados para os trabalhos, pela busca da legitimidade da instituição e respeito local, pelo esforço em realizar a construção de obras públicas que fizessem da vila um espaço urbano e respeitável aos moldes da época, além das disputas de poder entre indivíduos com interesses por vezes distintos.

Para o efetivo exercício de poder, um dos dispositivos utilizados pelas câmaras municipais como forma de controle e de barganha era o código de posturas. As posturas eram verdadeiras leis de caráter preventivo e tinham como função manter a ordem pública. Desta forma, exerciam o controle social sobre os munícipes, que poderiam ou não reconhecer a instituição como um elo com o poder central. É sobre o uso deste dispositivo de poder pela Câmara de Taquari que trataremos no próximo capítulo.

4. O código de posturas: questões ambientais e a busca pelo espaço civilizado

Este capítulo nos propõe a discussão sobre como a câmara de vereadores se apropriou do espaço da vila e por meio de dispositivos legais se propôs a remodelar a paisagem local e a ditar o modelo de comportamento ideal à população. Para isto, é importante destacar que a documentação analisada compreende a segunda metade do século XIX, o que sugere diferentes composições da câmara de vereadores ao longo dos anos. Esta gama de documentação possibilitou inferirmos sobre as mudanças ocorridas na forma de atuação da instituição levando em conta o contexto em que a mesma operava.

Cabe esclarecer que as atas continuam a ser analisadas neste capítulo e correspondem a atuação da primeira câmara nos anos de 1849, 1850, 1851 e 1852 o código de posturas é datado de 1899 e os artigos do jornal *O Taquaryense* compreendem os anos de 1887 à 1899.

4.1 Código de Posturas: instrumento de controle e domínio espacial

A História Ambiental procura refletir sobre as interações entre os sistemas naturais e sociais, levando em consideração as consequências dessas interações ao longo do tempo. Deste modo, a história se ocuparia em compreender a terra em si, destacando os seus usos e significados para as sociedades (WORSTER, 1991). É no sentido de pensar como um grupo social utiliza o espaço e dele se apropria para determinados fins (políticos, sociais, econômicos) que neste capítulo buscamos compreender como em Taquari a elite política local tomou para si a tarefa de remodelar, dominar e controlar o espaço geográfico, construindo assim, uma nova paisagem para a vila.

A paisagem nada mais é do que o resultado de uma acumulação de “tempos”, onde o espaço¹⁴ altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade (SANTOS, 1996). Ao observarmos a paisagem do atual município de Taquari, verifica-se os resquícios das ações realizadas pelo grupo social político atuante no início da urbanização da vila, como a arborização da praça, a disposição dos prédios, a conservação de lagos, etc.

Ao falarmos de espaço, entendemos que o mesmo não é apenas um cenário, é possível vê-lo “desempenhando um papel vital em determinar a extensão, a natureza e o modo da formação de classe” (SAVAGE, 2011), por isso realizar um estudo sobre a atuação das elites locais e a sua relação com as formas de domínio do espaço, pode auxiliar na compreensão sobre a consolidação e a formação do Estado Imperial e do grupo que o representava.

Foi nos primeiros anos após a independência do Brasil, que os sentimentos aristocráticos passaram a ganhar terreno. O ideal era transformar a antiga colônia em uma civilização aos moldes europeus. Buscando reconhecimento internacional e a manutenção da unidade territorial, o Governo Imperial cria a sua primeira Constituição em 1824, focando na centralização do poder e no controle do território (ANGELO, 2015).

Em meio às mudanças na configuração política, econômica e social do período em questão, o código de posturas surge como “instrumentos utilizados para difundir técnicas de controle e vigilância com a finalidade de coibir a desordem e possibilitar uma nova ordem de convívio social”.¹⁵

¹⁴ Aqui se determina o conceito de espaço de acordo com as ideias de Lefebvre (1974 [2013]) onde espaço (social) é um produto social. Santos (1992 [1996]) define que no âmbito do espaço geográfico as ações e os objetos são intrínsecos não podem ser considerados de forma separada, pois assim perderia seu sentido. O espaço social está abarcado no espaço geográfico. Desta forma, os objetos só têm sentido a partir da ação humana.

¹⁵ WEBER, Beatriz Teixeira. Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1992, pp. 11-12

4.1 Código de Posturas

Os códigos de posturas entram em vigor no Brasil ainda no período colonial, surgidos da necessidade de se disciplinar os espaços públicos e de uso comum nos povoados e vilas. Se constituíam de normas pautadas em restrições e proibições que iam desde a forma de se vestir, até ao consumo de alimentos, além de assuntos diversos tais como: o controle de animais soltos, os vendedores nas ruas, licença de comércio, policiamento, controle de algumas atividades profissionais (mascates, farmacêuticos), vacinação, higiene pública e de atividades (matadouros, chiqueiros), organização dos cemitérios, proibição de despejos de restos nas ruas, licença para construir e tantos outros.

Essas normas simbolizavam a necessidade que o Governo tinha em disciplinar a expansão da cidade e a conduta dos habitantes. Mesmo no período colonial, o código geral de posturas municipais demonstrava a necessidade de se marcar as ruas e praças. Apesar das mudanças que ocorrem no país na passagem do período da colônia ao império, as posturas municipais continuam determinando os princípios que regeram a vida dos cidadãos: os horários de trabalho e de festa, os locais de encontro, a forma de caminhar ou cavalgar pelas ruas da cidade, entre outros (MAIA, 2014).

Com as diversas mudanças que ocorrem em âmbito político nos primeiros anos após a independência, o papel da câmara de vereadores se altera, mas o código de posturas não foi abolido. Foi no ano de 1834, que a Coroa instituiu as Assembleias Provinciais, órgão responsável pela aprovação dos códigos de posturas, que por sua vez, eram elaborados pelas câmaras de vereadores. À Assembleia cabia aprovar, modificar ou não aprovar o conteúdo deste documento, e o fazia de acordo com as exigências do Poder Central (MATTOSO, 1992). Durante o período imperial, por diversas vezes a Coroa alterou a legislação que versava sobre o código de posturas, conforme o quadro a seguir:

Legislação do Império Brasileiro sobre as Posturas:

Quadro 5:

Número	Data	Descrição
N. 110 – Império	19/06/1829	Sobre a autoridade competente para aprovar ou reprovar as posturas municipais
Decreto s/n	24/09/1830	Determina vigorem por mais um ano as posturas das Câmaras Municipais
N. 281 – Império	17/08/1831	Declara que os Presidentes não tem ingerência nas posturas das Câmaras Municipais
Decreto s/n	25/10/1831	Proíbe a execução de posturas antes de aprovadas
N. 400 – Império	29/11/1831	Manda executar provisoriamente as posturas da Câmara Municipal da Corte sobre espetáculos públicos
N. 44 – Império	28/01/1832	Aprova as Posturas organizadas pela Câmara Municipal da Corte em 4 de Outubro de 1830
Decreto N. 256	30/11/1841	Manda ficar sem efeito a disposição do Paragrapho quarto, Título sexto, Secção primeira das Posturas da Câmara Municipal desta Corte na parte, que se refere a Oficinas dos Ferreiros, Caldeireiros, Tanoeiros, e Serralheiros

Decreto N. 339	26/02/1845	Declara que fica sem rigor a disposição dos paragraphos segundo e quarto das Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na parte que obriga os Fabricantes de Tabaco a transferir suas fábricas
----------------	------------	--

Fonte: Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822- 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional 1822 – 1850.

Neste sentido, os códigos de posturas se propõem a racionalizar, regular e disciplinar a ocupação do território com o objetivo de orientar as relações sociais entre os moradores das cidades e do campo, e dos mesmos com seu entorno. Foi no período Imperial (1822 – 1889) que as posturas municipais se converteram em expressão de exercício de poder¹⁶ da Coroa e também dos anseios das elites locais, que expressavam por meio delas seus interesses.

Foi a Lei de 1º de outubro de 1828, que versou sobre as atribuições da câmara municipal, e que previu em seu artigo 66, título III, sob o título “Posturas Policiais”, como responsabilidade das câmaras municipais a garantia da observância das posturas municipais: “Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas [...]” (BRASIL [1828] 2002, p. 873).

Este instrumento de poder e de controle pode ser compreendidos pelos aportes teóricos da História Ambiental, quando entendemos a apropriação do espaço para o exercício do poder de determinados grupos. Sobre essa questão, Espíndola (2015) nos traz que:

As posições dos atores no espaço e no tempo são diferenciadas e a suas capacidades de poder e habilidades de utilizar suas posições e recursos disponíveis não são idênticas. Espaço e tempo funcionariam como ponto de apoio para se aplicar a alavanca que aciona o poder e por ali modifica as situações reais no sentido da finalidade pretendida. Como o poder se apoia

¹⁶ Aqui, poder é definido segundo Foucault que rompe com as concepções clássicas do termo e o define como uma rede de relações onde os indivíduos estão envolvidos, seja como geradores ou receptores. Para Foucault o poder não pode ser encontrado e observado em alguma instituição específica ou no Estado. O poder ocorre como uma relação de forças. Sendo assim, ele apresenta dois dispositivos que a sociedade utiliza para justificar o uso do poder e para a domesticar os corpos que compõem o espaço social: vigilância e punição (BRÍGIDO, 2013).

sobre espaço e tempo, para se conseguir inteligibilidade seria preciso mostrar as diferentes situações espaciais e temporais dos atores em relação, identificando simetrias ou dissimetrias entre os polos (ESPÍNDOLA, 2015, p.350).

Assim, a pesquisa documental pode auxiliar na compreensão da atuação da elite política de Taquari no sentido de dominação espacial e social, levando em conta o período histórico em que este grupo estava inserido. Uma nova vila surgiu, então o que se esperava é que um processo de urbanização acontecesse em Taquari, a exemplo do que ocorria em toda a província. Neste sentido, o código de posturas fará o trabalho de coagir a população a se comportar, pensar e agir de acordo com o ideal de civilização pensado pela elite e colocado em prática pela câmara de vereadores.

Salientamos também que o poder municipal passa a ter maior autonomia sobre o espaço público a partir da proclamação da república. É neste período que as práticas higienistas vão se acentuar e a que ação do Estado (por intermédio do poder local) passa a criar novas centralidades expulsando para os espaços periféricos seus antigos habitantes, criando assim um espaço de dominação (CARLOS, 2001).

4.2 Código de Posturas de Taquari

Após a eleição da câmara de vereadores de Taquari, temos o discurso do vereador mais votado, e que por consequência, se tornou o presidente da casa, Antônio dos Santos Praia. Neste discurso, ele reafirmou seu compromisso com os munícipes quanto a elaboração do código de posturas, o que demonstra a relevância desta legislação em âmbito local para o período. A seguir, um trecho do discurso:

Damos hoje princípio aos nossos trabalhos, por isso é tudo novo entre nós. Uma de nossas primeiras obrigações a cumprir é a Organização das Posturas do Município, em harmonia com os costumes e interesses dos nossos munícipes, por isso estou convencido que tomarei esse trabalho na mais séria consideração. Vila de Taquari, três de dezembro de 1849, Antônio dos Santos Praia. (FARIA, p. 182, 1981).

A Câmara de Taquari demonstrou preocupação com o fato de, ao se emancipar não possuir ainda um código de posturas próprio, no que imediatamente se reuniu para providenciá-lo, conforme nos informa o documento a seguir:

Esta Camara Municipal faz subir ao conhecimento de Vossa Excelencia as Posturas que estabelece para seu municipio e espera que na forma da lei Vossa Excelencia se servirá aproval-os interinamente em quanto o nao fasem pela Assembleia Provincial, pois nem uma Ley Policial tem este nosso municipio depois de separado de Triumpho, a não ser a que esa offerece a Vossa Excelência. Deos guarde Vossa Excelência. Salla das Sesses da Camara da Villa de Taquary (LIVRO 12, 1850, Ofício 09).

Até o presente momento não foi possível a localização do primeiro Código de Posturas de Taquari, apesar de ter sido mencionado nos ofícios e atas analisados. Nas pesquisas em campo tivemos acesso ao código de posturas do ano de 1899, o que não inviabilizou a pesquisa, porque ao analisar o documento percebe-se que se comparado ao teor do conteúdo citado nas atas e ofícios, persistem semelhanças. O jornal *O Taquaryense* foi uma fonte importante para a realização deste trabalho, pois fazia críticas ao não cumprimento dos dispositivos de punição contra a transgressão do código de posturas. Ainda sobre o código de posturas, Martiny (2010) nos traz que:

As posturas municipais, herança da tradição portuguesa que previa o ordenamento do espaço urbano pelos almotacés, tinham, no Brasil do século XIX, o intento de regulamentar o uso do espaço público e as atividades econômicas, de impor regras de urbanização ao termo da Vila, garantir a boa ocupação das terras nos distritos e, ainda, de regular o comportamento público da população. O artigo 66 da Lei de 1828, referia-se às Posturas Policiais como uma atribuição das Câmaras Municipais no sentido de elaboração, fiscalização e providências a serem tomadas diante de infrações cometidas. As preocupações das Posturas giravam, pois, em torno do asseamento de locais públicos, da boa organização do espaço, da regulação da economia local, mas, também, da moral, bons costumes e ordenamento da população (MARTINY, 2010, p. 97).

Os códigos de posturas tratavam de temas diversos e suas preocupações iam desde o alinhamento das ruas, edificações de casas e outras construções; tratamento adequado que se deveria dar para a extinção de pragas, controle de vacinas, limpeza das ruas, questões sanitaristas, matadouros, etc. Um dos exemplos da necessidade de um código de posturas em Taquari é a existência de portos, local de passagem de mercadorias e pessoas, imprescindível para o progresso regional.

Desde a segunda metade do século XIX o país começa a sofrer modificações na economia que fazem das cidades portuárias locais de passagem obrigatória de

mercadorias e de pessoas. Junto a essas embarcações, chegavam andarilhos, viajantes de diversas partes, mercadorias de vários lugares da província, fazendo com que o espaço das cidades adquirisse um novo uso, se tornando o centro da vida moderna.

Agregado ao crescimento econômico e populacional, o processo de urbanização fez com que o Poder Público atuasse no sentido de ordenação e organização espacial, assim como na prevenção de doenças e epidemias. Essa circulação de pessoas, animais e mercadorias, assim como a nova forma que as vilas e cidades iam adquirindo com o aumento populacional e de casas de comércio, pequenas indústrias, faz com que o Governo passe a se preocupar com a ocupação do espaço geográfico com vistas a manutenção de uma ordem e civilidade.

É neste momento que se inicia um processo de inversão do eixo populacional campo-cidade, assim como o aumento na criação de vilas e de cidades, o que interferiu na configuração do espaço urbano. Foucault alertava sobre isso tendo a França como exemplo (2002):

Essas sociedades respondiam a uma necessidade demográfica ou social, à urbanização, ao grande deslocamento de populações do campo para as cidades; respondiam também a uma transformação econômica importante, a uma nova forma de acumulação de riqueza, na medida em que, quando a riqueza começa a se acumular em forma de estoque, de mercadoria armazenada, de máquinas, torna-se necessário guardar, vigiar e garantir sua segurança (FOUCAULT, 2002, p. 92).

Sobre a acumulação de riquezas em forma de mercadorias, foi uma preocupação demonstrada pela câmara de vereadores da Vila de Taquari em mais de uma ocasião. Um exemplo está no Livro doze de ofícios da Câmara de Taquari, onde os vereadores pedem ao presidente da província auxílio para reformas no porto, conforme o excerto a seguir:

[...] O porto desta Villa no lugar denominado=Arroio= carece de mais espaco para cammada de depósito dos gêneros, como taboas e lages, que nao sao imediatamente exportados, e tanto mais porque alongando-se pela margem do rio, dá lugar a melhor ancoradouro fará do arroio que em tempo de baixas o rio funila na barra a sahida das embarcações que para o conseguir sem demora de muitos dias, sao obrigadas a aliviar a carga, tendo além deste inconveniente da destruição da madeira de navio durante a ancoragem, mal que não acontece no rio, porque não nutre uma qualidade de verme que ali destroe a madeira (LIVRO 12, 1850, Ofício 035).

Percebe-se que a instituição camarária estava atenta aos detalhes, tanto no que diz respeito ao desperdício de mercadorias, quanto na manutenção da própria

embarcação. Este tipo de informação corrobora com o fato de que em Taquari, a exemplo do que vinha ocorrendo em outras vilas, sofria com o aumento na circulação de produtos no porto a ponto de já não mais comportar o acúmulo de carga. Pode-se inferir que a preocupação com a perda das mercadorias também poderia estar ligada ao momento econômico difícil, onde os desperdícios e os exageros deveriam ser evitados.

A cidade também passa a ser vista como um espaço propício para a proliferação de doenças e epidemias. Neste sentido uma série de medidas passam a ser tomadas e regulamentadas pela câmara de vereadores para regular a ocupação dos espaços urbanos e rurais, públicos ou privados. Com as mudanças na configuração do espaço urbano, questões ambientais também tomam lugar de destaque neste período, e no código de posturas tem-se a possibilidade de analisar alguns destes aspectos.

No código de posturas analisado, encontramos no capítulo IV artigos destinados ao cuidado com o asseio e a higiene. Dentre as normas encontramos a proibição de se lançar nas ruas e praças “águas servidas, ciscos ou quaesquer outras immundicies”. As proibições continuam nos artigos seguintes e vão desde a proibição da lavagem de roupas em fontes de águas de servidão pública até a criação de animais nos limites da sede da vila.

Aliás, a questão dos animais soltos pela vila foi uma das maiores dificuldades da Câmara de Taquari desde o seu início. No livro de ofícios encontramos registros de queixas de animais destruindo plantações e causando danos econômicos. Já no ano de 1887, o jornal *O Taquaryense* faz uma crítica a fraqueza da administração pública em tornar a vila um lugar respeitável:

[...] A praça da Matriz merece também a atenção da nobre Edilidade, que já iniciou sua arborisação formando um quadrilongo de escolhidas árvores e mais tenciona aramal-a, ficando a igreja e o arvoredo resguardados dos animaes vaccuns e cavallares que infestam a villa, mormente as horas da noite. Immensa diffculdade tem encontrado a camara para cohibir a criação de porcos e cabras pelas ruas da villa, praguejando injustamente alguns donos desses bichos contra os empregados da camara, que apenas cumprem as ordens superiores recolhendo ao deposito esses animaes e impondo aos donos competente multa. Ainda não cessou de todo a correria desses animalejos nas ruas da villa em busca do sustento que lhes falta, mormente a noite, que vagam impunes com o permissso de los patrones. A exemplo de outras villas, que ha poucos annos gosam desta cathegoria, a llima camara deve insistir na abolição do costume em que esta a população

de criar porcos soltos pelas ruas, sendo este sistema prejudicial a muitos que tem seus quintaes plantados, e contrario ao aceio da villa e salubridade dos habitantes. A villa de Santa Cruz, que é de hontem, e ate algumas colonias mais adiantadas, têm seus jardins e hortas resguardados apenas com cercas de arame, o que demonstra evidentemente a ausência de bichos danninhos que os prejudiquem e estraguem suas plantações. Porque então o nosso Taquary, que é tão velhinho, ha de ser metido no chinello por essas crianças? Insista a câmara (O TAQUARYENSE, 1887, p.01)

Neste fragmento retirado do jornal, verifica-se a ação da câmara em prol da modificação da paisagem. A arborização da praça central foi planejada e realizada com o objetivo de embelezar a vila. Estes detalhes por vezes nos passam despercebidos quando visitamos estes espaços na atualidade.

Posto isto, é interessante refletir sobre o poder que a câmara de vereadores de fato, exerceu em Taquari no período em questão. Segundo a definição de poder concebida por Foucault (2004), uma instituição por si só não emana poder, é necessário que dois grupos distintos, os geradores e os receptores permitam que esta relação de fato ocorra. O que vemos ocorrer na vila de Taquari da segunda metade do século XIX é a tentativa das elites econômicas em manter seu status ao mesmo tempo que idealizavam uma vila com as características das demais cidades do império.

Porém, após quase quarenta anos após a emancipação política, o que se verifica com o estudo das fontes documentais são as dificuldades que a câmara de vereadores enfrenta desde o início que vão desde a demora em receber as respostas das petições que enviavam ao governo provincial até à aplicação das suas posturas em questões simples, como a limpeza e organização da vila.

Devemos ter em conta que a dificuldade que a câmara teve em colocar em prática as regras do código de posturas sobre a questão dos animais deve-se muito a percepção do que era o urbano e rural neste período. As diferenças entre urbano e rural eram ainda bastante sutis e dado o contexto de intensas migrações do campo para a cidade neste período, não é de se estranhar a dificuldade de adaptação às regras impostas.

Havia ainda a preocupação com a segurança, o vigiar e o punir, que ficam evidentes ao analisarmos a documentação. Uma das petições mais recorrentes nos

primeiros anos da emancipação de Taquari foi a construção de uma cadeia. Além da questão de segurança, a cadeia era um símbolo da autonomia da vila, assim como a câmara de vereadores (BUENO, 2009). Ao total, foram sete pedidos relacionados a construção da cadeia. A primeira solicitação é datada do dia 13 de abril de 1850:

A falta absoluta de uma casa, que (ilegível) alugasse se fizesse a compra para Cadeia nesta Villa, impedia da Camara Municipal com sacrifício precisasse a comprar os materiaes para redificar pequena casa, que serve de cadeia e augmental-a de modo que servisse também de a quantia e pequeno destacamento de Carpa (ilegível) de achar muito mal acomodado. Mas uma obra tão urgente e necessária merece a atenção e V.Ex., mandando suprir a esta Camara empréstimo dos cofres Provinciais com a quantia de quatro centos mil reis para (ilegível) concluída. A maioria dessa corporação, quando fazia parte da Câmara Municipal ao Triunpho, obteve do antecessor de V. Ex. antes da criação desta Villa, a quantia de cento e oitenta mil reis, para comprar esta mesma cadeia, mas então era freguesia e não carecia ser aumentada, tanto por que agora desse considera presos por mais tempo, como para acomodação da policia. (LIVRO 12, 1850, ofício 015).

Cabe aqui uma reflexão sobre como a aplicação destas normas atingiu a população de Taquari, pois ao mesmo tempo que buscava a disciplina e a ordem, intervinha diretamente no cotidiano da população, especialmente dos mais pobres que tinham seus hábitos obstruídos pelos fiscais e forças policiais. Um exemplo disto se encontra no capítulo VI do Título de III intitulado de Polícia Urbana, onde no artigo 38 onde temos posto que:

Não se reconhece a indigencia de pessoas válidas. Os indivíduos no caso deste artigo que forem encontrados esmolando no município, serão recolhidos a qualquer posto municipal e empregados a trabalhar nas obras municipaes mediante jornal modico até que effectivamente se empreguem em algum meio de vida licito (CÓDIGO DE POSTURAS, 1899, p. 10).

Consultando outros trabalhos que analisam códigos de posturas, percebe-se que este tipo de preocupação se inicia com o crescimento das vilas e especialmente em locais com portos. Como o código de posturas de Taquari utilizado neste trabalho data do período dos pós abolição, sugere-se um aumento de pessoas sem uma ocupação. Porém, é apenas uma hipótese levantada neste contexto, necessitando um estudo mais apurado.

É importante problematizar esta busca pela civilidade e higiene nas práticas do cotidiano, idealizadas por uma elite política e colocada em prática pelas elites locais, na medida em que verificamos que a grande massa da população urbana que vai se formando no Brasil durante o século XIX é composta de ex escravizados e de

trabalhadores pobres que mal tinham condições para sobreviver e ainda tinham que se submeter a políticas higienistas totalmente incompatíveis com sua forma de existir.

Ainda sobre a atuação da câmara de Taquari no que se refere ao domínio do espaço, verificamos que houve uma preocupação com o alinhamento das ruas e dos padrões construtivos. No capítulo II do código intitulado “Edificação; Alinhamento; Aformoseamento; Largura das Ruas”, temos posto regras que padronizam a largura das ruas em 20 metros e que obrigaram que as casas que estivessem em desalinho com as ruas fossem aos poucos reedificadas dentro das normas. Aos que não obedecessem às regras a sanção aplicada era a demolição feita pela câmara e custeada pelos proprietários.

Essa busca por um padrão construtivo para a vila tinha como objetivo transformar Taquari em um espaço urbanizado a exemplo do que ocorria em outras vilas da província. Para isto, os padrões dos edifícios que circundavam o espaço central da vila deviam estar de acordo com estas regras. Aqui verifica-se um exemplo da ação da vereança modificando a paisagem da vila por meio do poder e da coerção.

Ademais, a câmara de vereadores também vai se ocupar de outras questões de relevância para o futuro do país, demonstrando que estava atenta às movimentações e articulações políticas. Um exemplo é a questão abolicionista, que na segunda metade do século XIX tomará proporções maiores. Para entendermos como a vereança atuante em Taquari neste período se comportou frente a essa temática, recorreremos ao jornal *O Taquaryense* e destacamos o seguinte fragmento encontrado na edição de cinco de novembro de 1887:

Officio da camara municipal da Cruz Alta de 14 de agosto próximo passado, convidando esta camara para pedir à assembleia legislativa provincial a criação de um imposto municipal da quantia de 15\$000 sobre cada escravo do município e de 10\$000 sobre cada um que vier de outro município cujo producto será aplicado a favor da liberdade dos mesmos escravos. O sr. vereador presidente declarou que sendo esta idea altamente patriotica, por estar de accordo com as evoluções que a favor da liberdade se tem operado na província, entendia por isso dever esta camara acompanhar esse grande tentamen em prol dos captivos. Em discussão esse parecer passou por unanimidade (O TAQUARYENSE, 1887, p.02)

Esta estratégia de cobranças de impostos sobre os escravizados foi bastante utilizada por grupos políticos ao longo do século XIX. Em alguns casos esses impostos eram criados com o objetivo de evitar a saída de escravizados das províncias devido ao aumento do tráfico interno após a aprovação da lei Eusébio de Queiróz, em outros casos, tinha como objetivo atingir grupos políticos com ideologias distintas. Não se obteve acesso a maiores informações sobre esta questão em Taquari, mas deduz-se com base nestes dados, que na região houve uma mobilidade de escravizados comercializados durante todo o período que o regime escravista perdurou.

Atitudes como esta também sugerem uma mudança de postura política desta câmara se comparada à de 1849. Ao analisarmos as demandas da primeira câmara, verificamos que a permanência da escravidão era uma prioridade algo não verificado no ano de 1887. Presume-se assim, que a instituição estava atenta ao momento político que o país atravessava e que acompanhar as demandas dos grupos mais articulados na política seria uma estratégia de permanecer na vida política após uma iminente queda da monarquia.

Desta forma, buscamos compreender como a instituição camarária atuou após a emancipação da vila de Taquari em 1849 com o objetivo de transformar a vila em um espaço urbano e civilizado. Para isto, utilizou-se de mecanismos de coerção como as posturas municipais, onde por meio da fiscalização e punição onerosa, controlou a forma como os cidadãos se comportavam e relacionavam dentro do espaço da vila.

Cabe destacar, porém, que em algumas questões os vereadores e os fiscais municipais encontraram muitas dificuldades, pois o domínio sobre o comportamento humano é de uma dimensão complexa e nem sempre o uso da coerção foi capaz de causar os efeitos desejados pela elite local. Ademais, o contexto da segunda metade do século XIX era de intensas mudanças na política, economia e nas relações de trabalho o que nos sugere que os próprios espaços foram aos poucos adquirindo novos significados.

Por exemplo, é após a década de 1850 que a região passa a receber novos contingentes humanos e que o comércio de terras para a colonização se tornou um

negócio importante. Além disso, ao analisarmos o jornal *O Taquaryense* percebemos um crescimento do número de casas de comércio e de pequenas indústrias na região, além do aumento do fluxo de viajantes e de mercadorias no porto o que aumentou o fluxo e a circulação de viajantes pela vila. O urbano se mesclava com o rural em um espaço de intensa transformação.

5. Considerações finais

Como já dizia o historiador Marc Bloch em sua obra “Apologia da História ou o ofício do historiador”, o historiador é aquele que pensa o humano atuando em determinado tempo. Para Bloch, é impossível não levarmos a categoria tempo em consideração nas pesquisas históricas. Além disso, para o autor a história é uma ciência que possibilita o uso de diversas fontes e que as mesmas podem ser revisitadas e interpretadas de formas diversas dependendo do pesquisador e da sua metodologia. Desta forma, o que se propõe neste trabalho é apenas um exercício de análise e interpretação das fontes documentais aqui apresentadas, dentre as muitas possibilidades que elas apresentam.

O que se apresentou neste trabalho foi a tentativa de preencher algumas das muitas lacunas historiográficas existentes na região do Vale do Taquari. Esta não é, porém, uma tarefa fácil devido às poucas e ainda recentes pesquisas realizadas neste sentido. Desta forma, iniciamos nossa discussão sobre a ocupação e a formação de Taquari ainda como freguesia no século XVIII.

A primeira hipótese que buscamos alcançar se referia a compreensão de como ocorreu a transformação deste território, e esta necessidade surgiu na medida em que ao confrontarmos os dados verificamos divergências. A maioria dos trabalhos consultados afirmam que a freguesia de Taquari pertencia a Triunfo no final do século XVIII, o que causou estranheza devido ao fato de Triunfo ter se emancipado apenas na década de 1830 e antes disto ser ela própria uma freguesia.

Desta forma, o primeiro capítulo deste trabalho procurou esclarecer a modificação territorial que ocorreu em todo o estado do Rio Grande do Sul para assim, compreender como Taquari foi se conformando junto a essas mudanças. Desta forma, a pesquisa bibliográfica realizada demonstrou que a freguesia de São José de Taquari pertenceu inicialmente a vila de Rio Pardo e em meados da década de 1820 com o surgimento de novas vilas, passou a pertencer a Porto Alegre. Foi somente na década de 1830 com a emancipação política de Triunfo que a freguesia de São José de Taquari passou a pertencer a esse território. Alguns anos depois,

em 1849 é a vez de Taquari se emancipar de Triunfo e ser elevada à categoria de vila.

A segunda hipótese estava relacionada a formação de uma elite local que surgiu ao longo dos séculos XVIII e XIX proporcionada pela política de doação de terras da coroa portuguesa e que, ao ver seu capital entrando em declínio na década de 1850, encontra no espaço político da nova vila uma forma de manter seu status e privilégios. Neste sentido, a investigação do conteúdo dos ofícios da câmara de vereadores foi fundamental, tendo em vista que neles encontramos os pedidos que eram realizados pela vereança à presidência da província.

Dentre os ofícios analisados, destacamos os que nos auxiliaram a demonstrar que o espaço político foi em diversos momentos um local onde o público e o privado se confundiam. Desta forma, corroboramos com a hipótese de que a elite local se utilizou do espaço público para cooperar com os ideais de uma nação civilizada idealizadas pelo império na mesma medida em que defendia os seus próprios interesses.

A terceira hipótese levantada é o uso dos dispositivos legais disponíveis e possíveis pela elite política com o objetivo de modificar, modelar e controlar o uso do espaço pelos munícipes. Partindo dos pressupostos da História Ambiental, entendemos que a dominação de espaço por determinado grupo social ocorre com a câmara de vereadores na medida em que a mesma toma para si a tarefa de determinar como cada cidadão deve se comportar ou não nos espaços público e privado.

Essa dominação acontece na medida em que o uso dos recursos naturais é pré-definido, como por exemplo a limpeza de rios e córregos e a higiene da rua por onde as pessoas circulavam e praticavam suas atividades laborais. Porém, a relação do homem como o ambiente nem sempre é uma relação que pode ser controlada pelo poder público pois cada grupo social define o espaço e seus diferentes usos de acordo com sua própria subjetividade.

Então, constatamos aqui duas concepções de espaço que entram em conflito. A primeira se refere ao “espaço dos cientistas, urbanistas, planejadores, tecnocratas, fragmentadores, engenheiros sociais, dentre outros, o qual Lefebvre

denominou de *espaço concebido*. Este tipo de espaço, porém, encontra resistência ao ser aplicado no cotidiano do *espaço vivido*. De acordo com Limonad e Lima, “o cotidiano para Lefebvre integraria o que poderíamos chamar de ordem próxima, na medida em que a vida cotidiana traduz-se na vida de todo homem” (2003, p.23).

Desta forma, analisamos e concluimos que a vereança teve muita dificuldade em colocar em prática algumas das posturas municipais, especialmente no que se refere a limpeza e organização da vila, justamente porque estas questões estão relacionadas diretamente a forma de viver de muitos grupos sociais. O espaço vivido não pode ser totalmente controlado, pois é nele onde as interações entre os grupos populares acontecem.

Ainda sobre a atuação da câmara de vereadores, percebemos que a mesma apesar de estar localizada em uma vila no interior da província, procurava se manter atualizada no que se refere às mudanças que aconteceram no país ao longo do século XIX. A elite política que ocupou este espaço não foi a mesma ao longo dos seus primeiros cinquenta anos, mas demonstraram a sua preocupação em manter a vila se desenvolvendo economicamente e se relacionando com as demais vilas e províncias do país. Da mesma forma, o discurso e a posição política era cambiante na medida em que a necessidade obrigasse o que demonstra que a elite taquariense, apesar de não ter o mesmo status que as elites da capital, sabia jogar o jogo político que mudava com muita rapidez no século XIX.

Este trabalho não tem como objetivo trazer conclusões. Aliás, ele trouxe mais questionamentos na medida em que percebemos as lacunas historiográficas que ainda devem ser preenchidas para a região de Taquari. Desta forma, esperamos que este trabalho sirva como inspiração para futuras pesquisas sobre a atuação dos mais diversos grupos humanos que compõem a diversidade cultural do Vale do Taquari/RS.

6. Referências

- ACERVO Centro de Memória UNIVATES. Ata da 1ª Sessão da Câmara de Taquari. 13 de dezembro de 1849.
- AGUIAR, Marcos Daniel S.; SOUZA, Osmar T.; FELIPPI, Eduardo E.; BEROLDT, Leonardo. **Do desenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável: os rumos da região do Vale do Taquari no início do século XXI. Análise.** Porto Alegre, v. 20, n.1, jan/jun 2009. P. 84-102.
- AHLERT, Lucildo.; GEDOZ, Sirlei T. **Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, RS – 1822 a 1930. Estudo & Debate,** Lajeado, ano 8, n. 1, 2001.
- ANTONIO, Edna Maria Matos. **A qualidade da Terra e dos Homens: colonização e posse de terras na América Portuguesa (Sergipe – século XVI – XVII). Saeculum Revista de História.** Joao Pessoa, Jan/Jun de 2012.
- ANGELO, Leonardo B. **Projetos e Perspectivas na construção da nação brasileira (1822 – 1840). Saeculum Revista de História.** João Pessoa, Jul/Dez de 2015.
- AQUINO, Adriana Duarte Borges. **Um legado Imperial: Terra, Igreja, Poder e Cidadania.** Revista Mediação, Pires do Rio, n. 1, volume 10, 2015.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARNABÉ, Israel Roberto. Elite política e poder local: um estudo de caso em Araraquara (1990 - 1995). 1998. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
- BRÍGIDO, Edimar Inocêncio. Michel Foucault: uma análise do poder. **Revista Direito econômico socioambiental.** Curitiba, Jan/Jun. 2013.
- CARDOSO, Raul Rois Schefer. **Antônio José de Moraes: notas sobre a trajetória de um cirurgião português no Brasil Meridional no século XIX. Oficina do Historiador.** Porto Alegre, 2014.

CARVALHO, José M. Nação e cidadania no império: novos horizontes. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889).** Dissertação (Mestrado). São Leopoldo, UNISINOS, 2004.

_____ A tensão nos ervais: a resistência dos homens livres e pobres frente ao avanço da imigração no Rio Grande do Sul. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 18, p. 143-159, jan./jun. 2008.

_____ A Lei de Terras e a afirmação da grilagem no Rio Grande do Sul. **Saeculum - Revista de História**. João Pessoa, jan/jun de 2012.

_____ A Lei de Terras de 1850: uma face oculta da centralização monárquica. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, n. 1, p.31 - 42, jan/jun. 2006.

COMISSOLI, Adriano. **Os ‘homens bons’ e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767- 1808).** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

COSTA E SILVA, Riograndino. São José de Taquari: A história de minha terra. Porto Alegre: Edições Flama, 1972.

DEAN, Warren. **A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DÚRAN ROCCA, Luísa. **Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII.** Tese (doutorado), Porto Alegre, UFRGS, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro. Zahar, 1994, v.1.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. A problemática espacial e a História Ambiental. **Revista de História Regional**. 2015

FARIA, Octávio A. **Monografia do município de Taquari**. Instituto Estadual do Livro, 1981.

FARIAS, Jovani. **Fazenda Vilanova sua história**. Lajeado: Editora da Univates, 2012.

FELONIUK, Wagner Silveira. A Instauração das Províncias no Brasil através da Influência Espanhola da Constituição de Cádiz. Direito – História. I. Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE (22.: 2013: São Paulo, SP).

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Estrutura agrária e relações de poder em sociedades escravistas**: perspectivas de pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidade econômicas no período colonial. In: **Revista Brasileira de História**. Estruturas Agrárias de Poder. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v.11, n. 22, mar. -ago. 1991.

GIZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro. Graal, 1984.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HEINZ, Flávio M. Por outra história das elites. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.

HESSEL, Lothar F. **O município de Estrela**: história e crônica. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1983.

JOHANN, Marina. Villa de São José de Taquary no século XIX: história e análise documental. Monografia (Graduação). Lajeado, UNIVATES, 2017.

KREUTZ, Marcos Rogério; SCHNEIDER, Patrícia; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; SCHNEIDER, Fernanda. **Arroio do Meio**: entre rios e povos. Lajeado, Editora UNIVATES, 2011.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. Tradução: Emilio Martinez Gutiérrez. 1ª ed. CAPITÁN SWING LIBROS, S.L. Madrid, 2013. 456.p.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LIMONAD, E.; LIMA, I. G. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. X Encontro Anual da ANPUR, Belo Horizonte, 2003, p.15-33.

LIVRO de registro de ofícios e representações dirigidas ao governo Provincial, Geral e Assembleia Provincial e Geral, 1850 à 1852. Acervo da Câmara de Vereadores de Taquari. Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates.

MAIA, Doralice Sátyro. **Normativas urbanas no Brasil Imperial: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822 - 1850)**. Geo UERJ. Rio de Janeiro - Ano 16, nº. 25, v.2, 2º semestre de 2014

MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão em certo modo ligados a prosperidade do município. ” Constituindo redes e consolidando poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado). São Leopoldo, UNISINOS, 2010.

NICOLAU, Jairo. **A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal, 2004.

PICCOLO, Helga Iracema Landraf; VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Contribuição para a Interpretação do Processo Político-Partidário Sul-Riograndense no Império**. Revista do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1979.

PIRES, Karen D. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS-final do século XIX**. Dissertação (Mestrado). Lajeado, UNIVATES, 2016.

RODRIGUES, José Honório. **O continente do Rio Grande (1680 - 1807)**. São Paulo. Brasiliense, 1986.

ROSA, Cibele Caroline. **Dos Açores ao Vale do Taquari: Aspectos da migração açoriana a partir das relações territoriais e ambientais na longa duração.** Monografia (Graduação). Lajeado, UNIVATES, 2018.

SAMPIERI, Roberto H.et al. **Metodologia de pesquisa.** 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Daniel M. **Elaboração de mapas temáticos dos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS.** Lajeado, 2016.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 384 p.

SAVAGE, Mike. *Espaço, redes e formação de classe.* Revista mundos do trabalho, vol. 3, nº 5, p. 06 – 33, jan. – jun. de 2011.

SILVA, Rafael Ricarte da. "Sesmarias". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Sesmarias>. Data de acesso: 15 de maio de 2018.

WIEDERSPAHN, Henrique O. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, INSTITUTO CULTURAL PORTUGUÊS, 1979.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215, 1991.

ZICMAN, Renée B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História.** São Paulo, n.4, p.89-102, 1985.



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09